

A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO NAS ANTIGAS ÁREAS CAFEIRAS DO NORTE DO PARANÁ

Marcos Alegre*

Dalton Aureo Moro**

RESUMO

O processo de modernização da agricultura no Norte do Paraná e, conseqüentemente, a substituição de culturas contribuiu para desencadear uma expressiva mobilidade de sua população. Esta mobilidade é aqui analisada dentro do contexto do comportamento dinâmico da população e da política econômica brasileira, com o emprego de técnicas cartográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade da população, concentração fundiária, êxodo rural, modernização da agricultura, microrregiões homogêneas, trabalhadores volantes, "Bóias-frias", substituição de culturas.

THE MOBILITY OF POPULATION IN THE ANCIENT AREAS OF COFFEE PLANTATION NORTHERN OF STATE OF PARANÁ

ABSTRACT

The process of modernization of agriculture in the North of Paraná and, consequently, the replacement of cultures contributed for developing an expressive mobility of its population. This mobility is analysed here within the context of the dynamic behaviour of the population and the Brazilian economical policy, with the employment of cartographic technics.

KEY-WORDS: Mobility of the population, "funduary" concentration, rural departure, modernization of agriculture, homogeneous "microregions", unsettled workers, "bóias-frias", replacement of cultures.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva analisar a mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do norte paranaense (1), as causas e conseqüências da intensa movimentação demográfica de que foi palco esta área nos últimos tempos.

A cafeicultura — com emprego de numerosa mão de obra — foi a atividade mais importante da região que compreende a área situada entre os rios Itararé e Paraná e representa cerca de 37% da área total do Estado. Nesta porção do Paraná a característica marcante do processo de colonização, que teve como base o café, foi o planejamento da estrutura fundiária calcada na pequena e média propriedade, bem como a

(1) — Para efeitos deste estudo o conceito referente "as antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná" corresponde a área abrangida pelas microrregiões homogêneas do Norte do Paraná, acrescida da de Campo Mourão, definidas pelo IBGE. Indubitavelmente foi nestas áreas que ocorreu o predomínio absoluto da cultura e produção do café, pelo menos, até o final da década de 1960.

* Professor do Departamento de Geografia da UEM — Área de Cartografia

** Professor do Departamento de Geografia da UEM — Área de Geografia Humana.

criação de centros urbanos de apoio em locais estrategicamente definidos.

Até por volta de 1960 esta área se constituiu num dos pólos de atração mais importantes do País e para onde fluxos consideráveis de população se dirigiram. Era, tudo indicava, a verdadeira "terra prometida". No período intercensitário de 1950 a 1960 a população do Paraná, por causa da região norte, acusou crescimento superior a 100% e taxa geométrica anual de 7,2%, a maior do País.

Mal se completava a ocupação da região mais a oeste, quando a introdução de culturas temporárias como a soja e o trigo e o aumento significativo das áreas de pastagens, ocasionavam verdadeira reviravolta no espaço cuja organização parecia consolidar-se. Reduz-se substancialmente a área ocupada pela lavoura permanente do café, liberando expressivos contingentes de população que são forçados a migrar, abandonando o campo em busca de trabalho nas cidades ou em outras regiões do País. O Paraná, cuja população cresceu muito na década de 50, conhece agora, no último período intercensitário de 70 a 80, a menor taxa de crescimento entre os estados brasileiros, menos de 1% ao ano. Foi uma mudança muito rápida e envolvendo milhares de pessoas que deixam o campo em espaço de tempo muito curto, impossibilitando adaptação às novas condições de vida. As cidades, pólos maiores de atração ou de refúgio, também não estão em condições de absorver todos aqueles que as procuram. E o resultado não poderia ser outro: é incontável o número de pessoas subempregadas ou desempregadas de vez e sem esperança de melhoria, totalmente marginalizadas no processo de "desenvolvimento (?) do Brasil".

A expulsão do homem do campo face à tão decantada modernização da agricultura vem sendo muito visível no Paraná em razão, principalmente pela rapidez do processo e pelas circunstâncias que determinaram a ocupação anterior de seu espaço. Todavia, o êxodo rural, no Brasil, tem sido uma constante e se insere no processo geral que vem marcando a história de todos os países. A urbanização, tida como inexorável e irreversível, traço dos mais significativos da civilização contemporânea, atingiu o Brasil, até há pouco tido como essencialmente agrícola e com elevado contingente de população rural, de maneira irresistível, por vezes violenta, face à rapidez das mudanças. E esta rapidez se acentua no último decênio. O censo demográfico de 1980 acusa, pela primeira vez na história do País, valores absolutos de população rural em números menores que as do censo anterior. Em 1970 foram computados como rurais, mais de 41 milhões de pessoas e já o censo de 1980 demonstra que os números caíram para 39 milhões de pessoas. Foi uma perda de 6% se não se considerar o crescimento vegetativo. Mas no Paraná os valores atingem 29%, significando que, neste Estado, o fenômeno de perda da população rural é bem mais acentuado.

O último censo confirma a importância da urbanização e sua crescente evolução quando verifica que 67% da população brasileira, mais de 82 milhões de pessoas, vivem nas áreas urbanas. Paralelamente se observa que muitas cidades cresceram desmedidamente. Em 1970 existiam no Brasil 58 cidades com mais de 100 mil habitantes e elas chegam a 95 em 1980; como constatou o último censo.

Embora a urbanização possa ser tida como evento que, até certo ponto, sublima condições de desenvolvimento, no caso brasileiro tal não ocorre. A população brasileira se urbaniza de maneira pouco saudável, porque parcela muito significativa da

sociedade não usufrui dos benefícios considerados inerentes à vida urbana.

Considerando que a região em estudo — norte do Paraná — é parte do espaço brasileiro e que a mobilidade da população nesta área se insere no processo histórico que envolveu toda a população deste País, acredita-se que a compreensão melhor do evento deve passar, necessariamente, pela análise, ainda que rápida e sumária deste processo que se desenrolou nos últimos tempos no Brasil e que resultou na situação dramática que aflige a sociedade brasileira nos dias atuais.

II. A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO

Os dados do último censo — 1980 —, demonstram que a população brasileira continua a crescer em ritmo acelerado, mesmo levando-se em conta que a taxa geométrica do crescimento foi menor nesta década que a das décadas anteriores. Essas taxas aproximavam-se de 3% ao ano até 1970 caindo para 2,4% no período 1970/1980. Apesar da queda, o crescimento da população brasileira ainda é dos mais elevados do globo. Comparando aos índices dos países mais ricos a disparidade é muito grande.

Várias são as causas comumente apontadas para a manutenção desse ritmo acelerado e, entre elas, duas recebem maior atenção dos estudiosos do assunto: a pobreza material da população e o ainda elevado contingente de população rural, em que pese a intensidade crescente de urbanização. De fato, os números confirmam que as famílias mais pobres — a imensa maioria da população brasileira — tendem a ser maiores, acontecendo o mesmo com as famílias que vivem e exercem atividades no campo, ainda que elas possam ter condições econômicas melhores e, por isso, muitos defendem a necessidade do planejamento familiar, envolvendo, sobretudo, esses segmentos da sociedade, com vistas à limitação do tamanho da família.

Mas a simples redução da taxa de crescimento da população, não seria suficiente para eliminar os problemas que afligem a sociedade, corrigir distorções e promover o progresso dessa mesma sociedade. Seria necessário também, ainda segundo esses estudiosos, reduzir o contingente de população rural o que se conseguiria incentivando e fortalecendo as atividades eminentemente urbanas como as que dizem respeito aos setores secundários e terciários de modo a atrair para as cidades grandes parcela de habitantes e trabalhadores do campo.

As preocupações com estes fatos não são muito antigas. Em meados do século, notadamente após o término da Segunda Grande Guerra, é que emerge mais rapidamente à tona da sociedade brasileira sua condição de país subdesenvolvido. A guerra trouxera problemas sérios de intercâmbio demonstrando, ao mesmo tempo, a fragilidade da economia do país. Em contrapartida forçara a busca de alternativas para a substituição das importações e aumentara a preocupação do poder central com a aceleração da implantação de uma economia industrial, estruturação espacial mais dinâmica e capaz de promover o desenvolvimento modernizando e reformulando a estrutura agrária considerada arcaica e atrasada. Seria este, pensava-se, o caminho mais rápido e seguro para combater a pobreza do país e levá-lo à condição de potência entre as potências do globo. Mas, no início, a industrialização vai se realizando sem a necessária criação de infra-estrutura básica — indústria pesada, fabricação de máquinas e bens de consumo duráveis — porque exigem muito capital e são de retorno mais longo.

O empresariado brasileiro ainda não tinha recursos financeiros suficientes mesmo porque a poupança interna, oriunda em grande parte das atividades agropecuárias, era reduzida.

Facilidades de toda natureza foram oferecidas para acelerar o processo inclusive, e principalmente, para o capital estrangeiro que nesse momento procurava expandir-se e o Brasil aparecia como um mercado promissor e ainda oferecia garantias inusitadas. Desta forma as portas do país foram escancaradas para a entrada, sem restrição do capitalismo internacional.

Paralelamente, o Estado criou ou ampliou certos empreendimentos como a Petrobrás, Cia. Siderúrgica Nacional resultando a crescente estatização da economia industrial.

De qualquer modo o processo de industrialização — se intensificou e, com ele, cresceu a população urbana. Crescem também as cidades, em especial aquelas onde a atividade industrial se instala em maior escala. Aumentou também a oferta de empregos considerados não produtivos-setor terciário, e as cidades passaram a atrair o homem do campo, sobretudo aquele, que não tem terra e mesmo os pequenos proprietários que, pressionados pelas novas circunstâncias, vendem suas terras e transferem-se para a cidade.

A modernização da atividade do campo produzida pela indústria que introduz tecnologia cada vez mais sofisticada, mudanças de culturas e a crescente concentração fundiária favorecem a liberalização de importantes contingentes de trabalhadores do campo e o êxodo rural se intensifica cada vez mais.

Alguns teóricos do desenvolvimento, baseado no avanço tecnológico, consideram a migração interna como essencial ao processo de desenvolvimento afirmando que ela funciona como elemento regulador dos desequilíbrios regionais e porque a componente rural-urbana constitui a peça mais importante do processo de transformação estrutural de uma sociedade como a brasileira, de base rural para a urbana. As transformações produzidas pela migração, em especial a rural-urbana, são acompanhadas de uma ascensão vertical na sociedade uma vez que o migrante, ao passar de uma região de renda baixa para outra de renda mais elevada, passa a gerar, também, renda mais alta na medida em que absorve tecnologia do lugar de destino (Faissol — 1971).

Nos primeiros momentos do processo, tal afirmativa teve condições de se realizar pois a cidade funciona como pólo de atração. A atividade rural nunca foi fácil, principalmente, para os pequenos proprietários, os arrendatários, assalariados e todos aqueles que dependiam diretamente da venda ou aluguel de sua força de trabalho. O decantado lirismo campestre sempre foi um mito. Viver na cidade, sobretudo nas grandes capitais afigurava-se como uma aspiração de parcela considerável da população, particularmente, dos mais jovens que colocavam a mudança para a cidade como a concretização de seus sonhos, de um modo de viver mais alegre, mais limpo e menos ariscado. Enfim, progresso para a família, ascensão na escala econômica e social. Esta aspiração porém, só se realizou para pequena parte da população oriunda do meio rural. Para a imensa maioria a mudança só trouxe frustrações.

Na realidade, tal mudança nunca foi, como ainda não o é, um processo tão simples. A adaptação do trabalhador rural, desqualificado para as atividades urbanas, notadamente na indústria, a mudança de todo um modo de viver, implicou, comumen-

te, num período transicional mais ou menos longo e não raro doloroso. Não se pode esquecer que ao lado do migrante também o saldo vegetativo calcado nas altas taxas de crescimento da população natural da própria cidade, é uma componente importante para a evolução da população e que exerce papel decisivo na competição pelos empregos urbanos, tornando cada vez mais difícil a adaptação do homem oriundo do campo, em sua nova situação de urbano.

Entre os países considerados ricos, ou mais ricos e desenvolvidos, a maioria tem população rural — que de fato exerce atividade no campo — girando em torno de 10 a 20%, reforçando a premissa de que alta taxa de população rural representa condição de pobreza, enquanto que porcentagem mais elevada de população urbana, significando largo predomínio de atividades nos setores secundários e terciário, seria condição de riqueza. No primeiro caso, o país estaria irremediavelmente condenado ao subdesenvolvimento, com todas as seqüelas oriundas dessa condição. Os países, que se encontram nesta situação, são tidos como tradicionalmente atrasados e não conseguem romper o círculo férreo que os envolve, pela incapacidade de gerar recursos, e com o agravante de uma população pobre em escala cada vez maior, face à alta taxa de crescimento vegetativo, também característico desses países, o Brasil entre eles.

A transformação de uma sociedade rural em sociedade urbana representa, assim, segundo certos teóricos do desenvolvimento, uma necessidade e condição indispensável para se alcançar os padrões de desenvolvimento, assentados em forte atividade industrial geradora de atividades comerciais e de serviços que resultam, para a população, benefícios de um nível de vida mais atraente.

O melhor exemplo deste modelo, comumente citado, é representado pelos Estados Unidos, a nação mais rica do globo e onde apenas 5% da população se ocupa com as lides do campo, mas que produzem tanto, que torna possível suprir o imenso mercado interno e exportar parcela importante da sua produção. Tudo isto se tornou possível, graças à existência de condições extremamente favoráveis, ensejando intensa e contínua modernização das atividades agropecuárias ao longo de sua história, aliada à sólida atividade industrial, a geração de vultosos capitais, adoção de política protecionista e de expansão externa do capitalismo americano.

É este o modelo que o Brasil vem perseguindo baseado, inclusive, no aforismo largamente difundido e naturalmente patrocinado pelos capitais americanos de início e internacionais depois, de que “o que era bom para os Estados Unidos seria bom para o Brasil”.

Acentua-se, notadamente a partir do término da 2.^a Grande Guerra, o processo de industrialização e da acumulação de capital, muitas vezes subsidiado pelo Estado, porém altamente concentrado segundo um modelo de polarização que privilegiou, sobretudo, a área de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta área passa a comandar todo o sistema espacial do País na suposição de que ela produzisse impulsos de desenvolvimento para o restante — a periferia através da difusão das inovações tecnológicas e mesmo de capitais acumulados.

Em 1950, a cidade de São Paulo já contava com mais de dois milhões de habitantes e crescia rapidamente, porque se sabe que onde o capital penetra com maior intensidade aí será, também, maior o fluxo migratório. Em 30 anos — 1950/1980 — esta cidade teve acréscimo da ordem de 6,5 milhões de pessoas. Neste período, a

capital paulista ostentava o título de a "cidade que mais cresce em todo o mundo".

Por volta de 1960 o Estado de São Paulo já concentrava mais de 70% da mão de obra industrial do País e representava cerca de 80% dos capitais investidos e de produção industrial. A urbanização caminha célere e se o motor inicial foi a indústria isto é válido quase que apenas para São Paulo porque a população urbana cresceu, inclusive, nas áreas onde a indústria teve menor influência e em quantidade tal que, em 1980, pela primeira vez, o censo encontrou números absolutos para a população rural menores que as do censo anterior.

Em 1950 a população rural brasileira girava em torno de 64% dos totais demográficos caindo em 1960 para 55%, 44% em 1970 e deve estar agora — 1985 — em torno dos 28 a 30% já que era de 33% pelos dados do último censo.

A população rural brasileira atinge hoje proporções bem próximas daquela dos países desenvolvidos e o Brasil ostenta agora posição de oitava economia do mundo. Parece, assim, que a premissa colocada anteriormente estaria se realizando e o Brasil poderia já considerar-se desenvolvido. Em seu aspecto exterior o processo industrial atingiu níveis satisfatórios, mas o subdesenvolvimento continua patente, porque a população beneficiada pelo progresso tecnológico propiciado pela indústria é ainda extremamente pequena. Observa-se, portanto, que o modelo de desenvolvimento calcado na industrialização está completamente desacreditado no Brasil.

Caio Prado (1956) compara a evolução da economia dos países industrialmente avançados com a do Brasil, e conclui que, naqueles países a industrialização constitui-se num processo onde a indústria foi fator determinante e impulsionador de novas atividades. E cita exemplos de implantação de estradas de ferro nos Estados Unidos e Europa, não apenas como eficiente meio de transporte, mas também como fonte direta de produção e progresso econômico, pelo estímulo a numerosas outras atividades que se irradiaram pela economia dos respectivos territórios, precipitando largo processo de industrialização e desenvolvimento técnico — produtivo. Enquanto isso, no Brasil, as iniciativas industriais, ao contrário, não significam a integração e entrosamento econômico envolvendo necessidades essenciais da população, mas destinam-se à satisfação de necessidades limitadas, anteriormente supridas por meio do comércio exterior. Insuladas portanto, no organismo econômico do país acabam por se tornar quase que totalmente estéreis. Também a estrada de ferro, aqui, teve pouca repercussão fora dos limites dos transportes, o que acabou gerando sua rápida decadência logo que se interrompe a corrente favorável do transporte do produto exportável, razão de sua implantação. E indaga esse autor: Por que acontece isto? Ele mesmo responde do alto de sua incontestada autoridade que o fato ocorre. . . *"porque as atividades econômicas no Brasil não se entrosam num conjunto ditado por necessidades gerais e fundamentais do país; ou antes, esse entrosamento não se faz ou permanece débil porque a natureza colonial da economia brasileira se orienta essencialmente para o exterior e é de lá, portanto, que provém seus principais e fundamentais estímulos"*. Esses estímulos na realidade são apenas preocupações capitalistas. Não interessam ao país e ao seu povo. Interessa à acumulação de capital. Desta maneira o Brasil, como economia dependente fica ao sabor dos interesses do capital e não consegue alçar-se como um todo daí a desarticulação da economia brasileira com graves conseqüências para a sociedade. E conclui Caio Prado — *"Em suma, o problema da indústria brasileira está, sobretudo, qua-*

litativamente mal disposto e coordenado por efeito da defeituosa estruturação da nossa economia que, organizada essencialmente como fornecedor de produtos primários para os mercados exteriores, não se apóia e não se articula nas necessidades da massa da população brasileira. Sem um largo mercado em que aquelas necessidades e atividades se intercomuniquem e entrossem estreitamente entre si, estimulando-se mutuamente, não haverá como esperar um desenvolvimento industrial de amplas perspectivas, propagando-se e difundindo-se extensiva e intensivamente pelo conjunto da sociedade brasileira". (Prado Junior, 1956, 331).

Caio Prado realizou este estudo e chegou a estas conclusões há cerca de 30 anos. Muita coisa mudou no Brasil neste lapso de tempo mas a essência e raiz dos problemas continuam os mesmos.

O desenvolvimento preconizado pelos dirigentes do país, canalizou as poupanças nacionais, buscou no exterior recursos de que não se dispunha para o segmento industrial, privilegiando sobremaneira as elites, pois só elas detinham condições de consumir os produtos da industrialização mais sofisticada, como por exemplo, eletrodomésticos e automóveis, fora do alcance da imensa maioria da população. Compreende-se, assim, que o processo de modernização da sociedade como um todo, representada pela assimilação do progresso da tecnologia aos padrões de produção e de consumo, é muito lento e difícil, principalmente, quando o modelo seguido é falho e contempla apenas alguns dos muitos segmentos de atividades da sociedade. Por isso apenas pequena porcentagem de população se beneficia em detrimento de parcela maior da sociedade gerando e acentuando os desequilíbrios com reflexos negativos na aspiração de desenvolvimento e de elevação da qualidade de vida.

Por volta da década de 60, o modo de produção capitalista havia se instalado definitivamente na agricultura como, de resto, em toda economia brasileira. Apenas alguns setores, mais ligados à produção de alimentos, no geral baseados na pequena propriedade, ainda se definem pela chamada agricultura tradicional, não caracteristicamente capitalista. Mas os problemas que afligem a sociedade tornam-se cada vez mais preocupantes com reflexos muito intensos na vida política do país, gerando conflitos de toda natureza.

Os centros urbanos não conseguem absorver todos os que os procuram face à continuidade do movimento migratório campo-cidade. É numeroso o contingente de migrantes que se instala nas periferias das cidades, sendo patente o subemprego e mesmo o desemprego causadores de uma série enorme de problemas. A modernização das atividades rurais e as mudanças na estrutura fundiária, altamente concentradoras na propriedade da terra, resultam no esvaziamento do campo. Acrescente-se ainda o largo estímulo para o alargamento das pastagens, em áreas até há pouco ocupadas por culturas permanentes ou mesmo temporárias e que também contribui significativamente para o desemprego do agricultor e sua expulsão para outras áreas, em busca de atividade compatível com sua tradição, ou então, em direção à cidade.

Os centros urbanos deixam de ser pólos de atração e foco da aspiração para um modo de vida melhor, como sempre se destacou nos ideais de vida urbana, para se transformarem no refúgio para grandes parcelas de população rural: ex-pequenos proprietários, arrendatários, colonos, assalariados — impossibilitados de sobrevivência no campo.

Embora a urbanização possa ser considerada como fato historicamente irreversível e variável caracterizadora de melhoria para a sociedade, a preocupação é grande porque esses ideais de ascensão na escala econômica e social não se realizam. A vida urbana se deteriora em praticamente todas as cidades, sobretudo nas maiores. A favelização em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, atinge proporções colossais.

Na verdade nunca houve maiores preocupações com a população periférica mais pobre. Grande parte das novas indústrias é moderna e automatizada, não necessitando de numerosa mão-de-obra. A dinamização do sistema tão decantado que conduziu o país a uma importante posição como potência industrial, mostrou-se incapaz de gerar desenvolvimento e bem estar à parcela ponderável da população. Pelo contrário, promoveu desintegração social gerando e ampliando a marginalidade rural e urbana, face ao subemprego, desemprego, à miséria e à fome.

Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, edição de 28/11/84, página 3 o Deputado Federal Jarbas Vasconcelos assim se expressava: "De fato, estruturado a partir de exclusivos interesses do capital financeiro, o poder político vigente no Brasil não tem compromissos com o trabalhador que faz do seu ofício a única fonte do seu sustento e da sua família. Assim foi na cidade. Assim aconteceu no campo. Do famoso tripé da produção — terra, capital, trabalho — a política privilegiou apenas os dois primeiros. . .".

Enquanto a indústria cresce e coloca o país em posição elevada no contexto das demais nações, a produção agrícola mais e mais calcada nas grandes propriedades e empresas rurais que recebem maiores estímulos do poder central, dedica-se primordialmente à produção para exportação. A produção de alimentos fica, em regra, por conta das pequenas propriedades e como o número delas vai diminuindo face ao processo de concentração fundiária, resulta que esta produção não acompanha as necessidades da população sempre crescente. A escassez desses produtos básicos eleva os preços e traz como consequência, baixa nos padrões alimentares de larga faixa da população.

"As propriedades de menos de 100 ha produzem, em menos de 20% da área total dos imóveis rurais do País, mais de 50% dos alimentos, das matérias primas de transformação industrial e dos produtos hortifrutícolas". "As propriedades, de mais de 1000 ha a menos de 10.000 ha, são responsáveis por menos de 10% da área cultivada com produtos básicos para alimentação, 12% de transformação industrial e 10% dos hortifrutícolas embora possuam mais da metade da área total dos imóveis rurais do País" (Silva, 1982, 25).

Na época do Brasil "essencialmente agrícola" os problemas também eram muitos e o país era considerado atrasado face à média dos países do globo. O povo pobre, muito pobre, porém trabalhava e podia viver com certa dignidade. Na fase da industrialização, época dos milagres, o País é mais rico — 8.^a economia do globo — embora devendo soma fabulosa e mais dependente do que nunca, contudo, a proporção das camadas mais baixas da pirâmide econômica e social da população ampliou-se consideravelmente. A já precária situação dos mais pobres agravou-se, a pobreza cedeu lugar à miséria sem esperança.

Apesar de tudo o país crescia. A população aumentando fazia aumentar também — embora não na mesma proporção — a demanda de alimentos. Tornava-se imperioso incrementar a produção desses alimentos e, ao mesmo tempo, criar mais empregos no próprio campo de modo a compensar, pelo menos em parte, o que a modernização — máquinas insumos, tecnologia — estava ocasionando em termos de desemprego.

É importante ressaltar, como faz Graziano Neto (1985, 129) que a chamada modernização das atividades no campo visou mais a substituição de mão de obra humana que a elevação da produtividade física. Os ganhos foram muito pequenos. "A tecnologia moderna contraditoriamente compromete a produtividade por área, por não ser desenvolvida para a realidade de nossa agricultura. . ." *"Os adubos químicos são pouco assimilados pelas plantas; os agrotóxicos mostram-se ineficientes; a mecanização compacta os solos; as sementes e variedades selecionadas são pouco rústicas; os métodos de preparo do solo causam sua destruição; as monoculturas propiciam o aparecimento de pragas e doenças; o desmatamento generalizado altera o clima e o regime de chuvas. . ."*

Este autor, estudioso das questões ligadas ao campo, no Brasil, apresenta dados demonstrando que a maioria dos produtos teve ganhos de produtividade muito pequenos, sendo por isso, lícito pensar-se que o enorme capital despendido, o sacrifício imposto à parcela considerável da população não compensaram nem a nível de produtividade, nem a nível de produção.

Decorre daí a necessidade de expansão espacial das atividades agrícolas. Tornava-se imperioso a incorporação de novas áreas para expandir as fronteiras agrícolas. Intensificou-se, nesse sentido, a ação do poder central e de particulares, inclusive estrangeiros, através de companhias de colonização e de grupos incorporadores de terras e sempre com o apoio e o aval do governo.

Áreas ainda não ocupadas têm sido alvo dessa expansão, sobretudo no Centro — Oeste e Amazônia. No afã de agregar novas terras e mais preocupação de acumulação de capitais, o avanço sobre essas áreas quase sempre foi e continua sendo o mais predatório possível e com poucos reflexos sobre a economia e para a sociedade. Alguns empreendimentos na Amazônia, por exemplo, mobilizaram vultosos capitais nas mãos de grupos poderosos, muitas vezes estrangeiros, a maioria vinculados ao grande capital industrial, com projetos de implantação de atividades agro-pastoris, começando por intenso e irracional desmatamento desalojando índios, posseiros e antigos ocupantes.

Informações do IBDF prestadas aos jornais em julho de 1985, dão conta de que o desmatamento na Amazônia atinge 2,7 milhões de hectares por ano, inclusive porque o INCRA exige a derrubada da mata como comprovação de propriedade.

Os mesmos erros cometidos no passado repetem-se agora e em maiores proporções. Como salienta Celso Furtado que em larga escala a estrutura agrária do país, muito presa à história de sua formação, quase sempre teve sua produção para exportação baseada na grande propriedade e conclui: *"O Brasil é o único país das Américas criado desde o início pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola"* (Furtado, 1975, 93).

As grandes propriedades, algumas verdadeiros impérios representam a maior característica da ocupação das novas fronteiras agrícolas nos últimos tempos e

têm preocupação única de produzir, quando produzem, as chamadas "culturas nobres" como a soja, cana de açúcar e mesmo o trigo ou ainda a pecuária com maciço financiamento e juros mais baixos, a título de incentivo.

Enquanto isso, milho, feijão, arroz, mandioca, as "culturas dos pobres" raramente conseguem maior apoio, sustentando-se nas pequenas propriedades ou, mesmo nas unidades familiares. Continua, assim, o país a produzir em escala maior para exportação, enquanto que a produção de alimentos segue insuficiente para abastecer o mercado interno. Havendo, em vários momentos, necessidade de se importar alguns desses produtos.

A expansão das fronteiras, não chegou a promover maior ocupação da mão-de-obra disponível e o problema do desemprego e do êxodo rural persiste.

Em geral a grande propriedade adota ou a pecuária ou a monocultura mecanizada prescindindo de mão-de-obra e por isso poucas pessoas são empregadas. Outras vezes ela se dedica à culturas, como da cana de açúcar que só necessita de muita mão-de-obra na época do corte, constituindo-se em atividade sazonal fazendo surgir daí, a figura do trabalhador volante, empregado temporário morador da periferia da cidade e segmento dos mais pobres e desamparados do país. Com o surgimento de algumas lideranças e a mudança política do Brasil, estes trabalhadores estão agora se organizando e começam a reivindicar melhores condições de vida.

Conclui-se, afinal, que a expansão das fronteiras agrícolas, nos últimos anos, pouco fez em termos de produção de alimentos e com reduzidos efeitos na colocação da abundante mão-de-obra rural do país, continuando intenso, por isso, o fluxo migratório em direção às áreas urbanas. Os discursos oficiais pregavam que na década 70/80, a maior prioridade seria dada à fixação do homem à terra e, todavia, foi exatamente neste decênio que mais recrudesciu o êxodo rural. Pela primeira vez na história, a população rural brasileira sofreu decréscimo em seus valores absolutos acusando queda da ordem de 6%. As cidades crescem com isto, sobretudo as maiores, e em ritmo incompatível com sua capacidade de oferecer condições de vida pelo menos razoável aos seus habitantes mais recentes.

Uma análise mais acurada mostrará que a queda da população rural não foi de apenas 6%, aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. Se for levado em conta o crescimento vegetativo da população em torno de 2,5 ao ano — lembrando que no período essa taxa para o Brasil situou-se em 2,48 — e supondo que não houvesse saídas, essa população deveria atingir cerca de 50 milhões de pessoas por ocasião do censo de 1980. Como a população contada como rural chegou a pouco mais de 39 milhões, conclui-se que o fluxo campo — cidade, no período, atingiu aproximadamente 11 milhões de pessoas.

Embora seja de 1973, esta frase continua a refletir uma situação que é atual: *"As grandes áreas metropolitanas absorvem investimentos em infra-estrutura num ritmo exponencial; surgem problemas de poluição ambiental, as migrações internas aceleram-se aumentando os índices de desemprego e subemprego urbano e a distribuição da renda deteriora-se. Frequentemente as soluções são adiadas ou procura-se apenas remediar alguns dos efeitos mais imediatos da urbanização acelerada"*. (Tolosa, 1973, 585).

Cerca de 42 milhões de brasileiros devem viver, hoje, nas áreas metropolitanas. No último período inter-censitário, dois quintos do aumento da população do país concentraram-se nessas áreas. E, do total, 17,2% só na capital paulista que alcançou, no decênio, crescimento de 4,5% ao ano. O problema se agrava ao se constatar que a geração de empregos foi apenas da ordem de 2,5%.

O país se industrializou bastante, a sociedade urbanizou-se e acumulou expressivo valor em capital. Permanecem, entretanto, as profundas disparidades regionais e pessoais de renda e contingentes enormes de marginalizados. As transformações ocorridas só beneficiaram limitadas parcelas da população e, por isso o país em termos sociais continua tão pobre quanto antes.

O subemprego nas cidades com a terciarização inferior em escala crescente; o trabalho apenas sazonal de parcela importante da força de trabalho no país; o desemprego constituem, hoje, problemas muito graves para a sociedade que se sente incapaz de resolvê-los. Estes problemas são, indubitavelmente, a grande característica dos tempos atuais e se traduzem na angústia que faz a infelicidade de todo um povo. Se acrescentarmos ainda as crises do capitalismo internacional que repercutem intensamente no país, teremos completado o doloroso retrato da sociedade brasileira.

Na realidade, esta situação é decorrência da "opção" imposta pelo sistema capitalista que o país adotou com a concentração de terras e de rendas nas mãos dos grandes capitais. Estes se interessam apenas pela agricultura de exportação e com a adoção de técnicas de produção mais rentáveis que só se tornam possíveis pelo fornecimento de insumos poupadores de mão-de-obra — produtos químicos e máquinas — por parte das grandes empresas multinacionais que dominam os mercados, fazendo aumentar nosso grau de dependência.

O poder central mostrou-se incapaz de dominar a situação, entregou-se e entregou o país ao capitalismo internacional; no momento em que, pretendendo acelerar o processo de desenvolvimento, acreditou ingenuamente que teria colaboração graciosa do capital internacional.

A história, muitas vezes, repetida de que o Brasil poderia vir a ser o grande parceiro do mundo ocidental, ocupando lugar de destaque no hemisfério sul no confronto com os países do leste e que, portanto, deveria ser ajudado pelo capital americano e europeu ocidental, não poderia ser levada a sério. Mas o foi. Esqueceu-se a cúpula dirigente do país, os iluminados tecnocratas de que ao capital internacional não interessa o bem estar, o progresso de ninguém, de nenhum país. O que importa de fato é a incorporação dos homens e da terra ao circuito internacional das mercadorias, porque é sobre esta base que se apóia o capitalismo, para atingir seu objetivo maior que é a reprodução do próprio capital e sua acumulação.

O Brasil inteiro sofre as agruras impostas pelo modelo desenvolvimentista adotado. Todos os estados da federação foram envolvidos no processo e sofrem as consequências. Entretanto face as circunstâncias anteriores, acredita-se que foi o Paraná, na década 1970/1980, a unidade federativa que maiores problemas enfrentou. E que foi a população deste Estado, notadamente aquela que se adensava na sua região norte, área eminentemente cafeeira, a que mais amargou com o processo de substituição de culturas, com a concentração da propriedade da terra, com a mecanização, enfim com a chamada "modernização da agricultura".

III. O CASO DA MOBILIDADE DA POPULAÇÃO NORTE PARANAENSE

O estudo do processo das transformações da agricultura do norte paranaense e seus reflexos na reorganização do espaço nesta região, podem servir de amostra, para se compreender o processo que envolveu todo o país.

Nas áreas onde a população era mais numerosa e mais densa como ocorre com o norte e noroeste do Paraná, por exemplo, o problema do homem do campo é mais recente e mais sério, porque as mudanças afetaram a estrutura anterior bem definida, envolvendo imensa quantidade de pessoas e em período muito curto de tempo.

O norte e noroeste do Paraná eram, até por volta de 1970, uma das regiões melhor estruturadas do país, em termos de malha fundiária e uso da terra. Área predominantemente cafeeira abrigava numerosa população. Problemas relacionados a mercados e mais problemas climáticos afetaram a cultura do café servindo de pretexto para a expansão da soja, largamente incentivada pelo poder central que, premido pela crise econômica, encontrava neste produto, um substituto para o café na pauta das exportações.

Em poucos anos a região se torna numa das maiores produtoras de soja do país. Em contrapartida foi ela, também, palco dos mais dramáticos movimentos de população face, principalmente à rapidez do processo e, em pouco tempo, a área rural se despovoou. As pequenas cidades da região, muitas ainda em fase de implantação, dinâmicas com florescentes centros pioneiros, movimentados pelo acesso contínuo dos moradores do campo, praticamente morrem. A paisagem até há pouco marcada pela presença do café, mostra agora o predomínio da soja associada ao trigo e, em lugar do trabalhador, a máquina. Essa nova paisagem chega a ser atraente e a soja é, de fato, uma cultura muito importante para o país. O trigo também. Mas essa paisagem é desoladora pela ausência do elemento mais importante que é o homem.

A ocupação do norte paranaense teve início em escala mais acentuada nos princípios deste século como expansão natural da cafeicultura paulista, entrando no Paraná a partir de Ourinhos, chegando até o Rio Tibagi. Posteriormente, já na década de 30, a colonização é dirigida por iniciativa oficial ou particular e ocupa a região a oeste desse rio até alcançar as margens do Rio Paraná, em fins da década de 60. A ocupação do território se fez com intensa ruralização da população, porque o avanço para o oeste deveu-se, principalmente, à cultura do café e esta é muito exigente quanto à mão-de-obra. (Fig. 1).

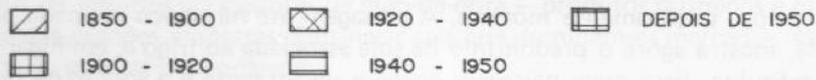
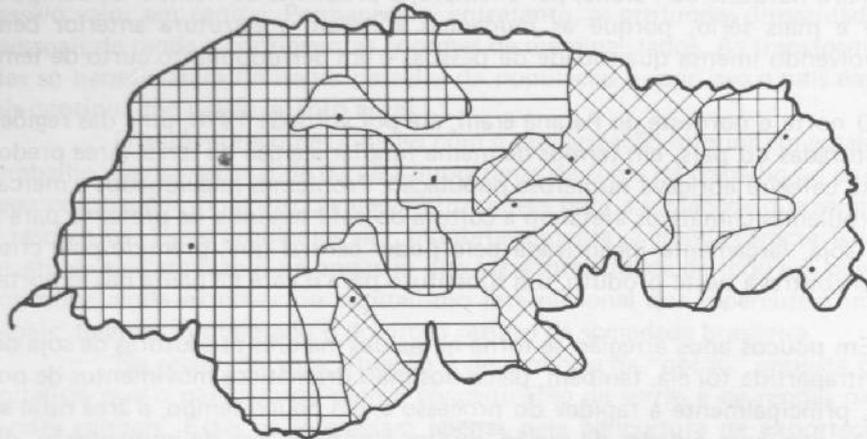
Característica marcante na colonização desta área pela iniciativa privada — inicialmente por conta de uma empresa inglesa — foi o cuidadoso planejamento que previa estrutura fundiária, calcada na pequena e média propriedade, a criação de centros urbanos de apoio em locais estrategicamente determinados, servidos por estradas e a preocupação de incentivo ao cultivo do café nas áreas mais elevadas, pastagem e policultura com produção de alimentos nas porções mais baixas e fundos de vales. A preocupação era a de garantir a própria subsistência da cultura cafeeira, criando também condições para abastecimento de áreas externas.

O êxito do empreendimento atrai muita gente e até 1960 aproximadamente, o norte e noroeste do Paraná funcionam como área de colocação de numerosa mão-

NORTE DO PARANÁ:

FIG. 1

EXPANSÃO DO POVOAMENTO



(Cf. NILO BERNARDES - RBG Nº 4/1963)

PARANÁ: MICRORREGIÕES



- 268 - CURITIBA
- 269 - LITORAL PARANAENSE
- 270 - ALTO RIBERA
- 271 - ALTO RIO NEGRO PARANAENSE
- 272 - CAMPOS DA LAPA
- 273 - CAMPOS DE PONTA GROSSA
- 274 - CAMPOS DE JAGUARAIVA
- 275 - SÃO MATEUS DO SUL
- 276 - COLONIAL DO IRATI
- 277 - ALTO IVAI

- 278 - NORTE VELHO VENCESLAU BRAZ
- 279 - NORTE VELHO JACAREZINHO
- 280 - ALGODOEIRA DE ASSAI
- 281 - NORTE NOVO DE LONDRINA
- 282 - NORTE NOVO DE MARINGÁ
- 283 - NORTE NOVISSIMO DE PARANAÍ
- 284 - NORTE NOVO DE APUCARANA
- 285 - NORTE NOVISSIMO DE UMUARAMA
- 286 - CAMPO MOURÃO

- 287 - PITANGA
- 288 - EXTREMO OESTE PARANAENSE
- 289 - SUDOESTE PARANAENSE
- 290 - CAMPOS DE GUARAPUAVA
- 291 - MEDIO IGUAÇU

SLVO WIGAJM

de-obra, migrantes oriundos de todo o país. Dizia-se na época que esta região era a "Canaã do Brasil" ou, no dizer de Valverde (1957) "a terra da esperança".

Ressalte-se que muito desta importância econômica se deve à intensa promoção realizada pelos empresários ou através do próprio governo interessado na ocupação das terras pois isto significava mais emprego para muitos, maior produção, mais impostos. Fruto dessa promoção do empreendimento com repercussões no exterior, os empresários passam a ser vistos, por muitos, como beneméritos, interessados no progresso do país. A empresa, todavia, não passou de uma operação capitalista em que o interesse maior, como sempre, é o lucro. Teve, porém, o grande mérito de aplicar certos princípios que trouxeram bons resultados em termos econômicos e sociais.

Como empreendimentos mais recentes de colonização — na Amazônia por exemplo — pontos negativos aconteceram e, entre eles, pode-se citar a devastação indiscriminada da exuberante mata, então existente e os poucos cuidados conservacionistas causadores da intensa erosão que constitui problema muito sério, o mesmo acontecendo hoje notadamente no noroeste do estado do Paraná, onde os solos são menos coesos.

O grande fluxo migratório para estas áreas do Paraná refletia-se nos dados censitários para o Estado todo. No período 1950/60 a população deste Estado acusou crescimento da ordem de 102% com taxa anual de 7,2%, a maior do país.

Em 1970, a proporção da população paranaense sobre a do Brasil chega a 7,4% quando era apenas de 4,1% em 1950. Os dados deste censo — de 1970 — demonstram que o Paraná passou a ocupar o 5.º lugar entre as unidades mais populosas do país e a população rural chegou à proporção de 64% dos efetivos demográficos estaduais. Por outro lado a densidade da população rural atinge 22 pessoas por Km². No norte do Estado é bem maior, chegando a micro região de Apucarana a atingir 48 habitantes por Km² na área rural, o que significa valor bem expressivo e pouco comum no país.

O avanço da fronteira agrícola nesta região, baseada nas propriedades menores e em culturas exigentes quanto aos cuidados, empregando por isso numerosa mão-de-obra, atenuou um pouco o problema da mobilidade da população, sobretudo nas áreas mais próximas como o oeste de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Na realidade este "atenuar" foi por pouco tempo, como a justificar o aforismo de que "alegria de pobre dura pouco". Mal se completava a ocupação do oeste paranaense, quando as mudanças produzidas pela introdução das culturas temporárias da soja e trigo e o avanço das pastagens, promovendo grande concentração de terras, expulsava de novo os homens do campo. Foi um ciclo muito curto, envolvendo muita gente em período de tempo pequeno e por isso acarretou problemas mais graves.

Parcela dos antigos proprietários ainda consegue manter-se na agricultura, migrando para as novas fronteiras agrícolas, agora situadas no centro — oeste e norte do país, sobretudo em Rondônia. A maioria, porém, principalmente os antigos assalariados, colonos, arrendatários, os "sem terra", não tem alternativas e partem em direção aos centros urbanos.

Parcela ponderável deste pessoal que não consegue adaptar-se ao meio urbano, passa a constituir a reserva de mão-de-obra, empregada temporariamente nas li-

des do campo. São os volantes, popularmente conhecidos como "bóias-frias", cujo número tem aumentado constantemente. De acordo com informações colhidas em várias fontes eles são atualmente — 1985 — cerca de 500 mil no Paraná.

Como se salientou, linhas atrás, a colonização no norte do Paraná — a partir da década de 30 — fez-se através da implantação de estrutura fundiária, calcada nos lotes pequenos, muitas vezes unidades familiares, vendidos por preço baixo e em terras de alta fertilidade, em geral com boa infra-estrutura já montada, compreendendo vias de circulação, transportes, comércio, centros urbanos de apoio. Teria sido este, talvez, um esforço do governo no sentido de atenuar o regime latifundiário de posse da terra. A pressão dos "sem terra" já se fazia sentir naquela época.

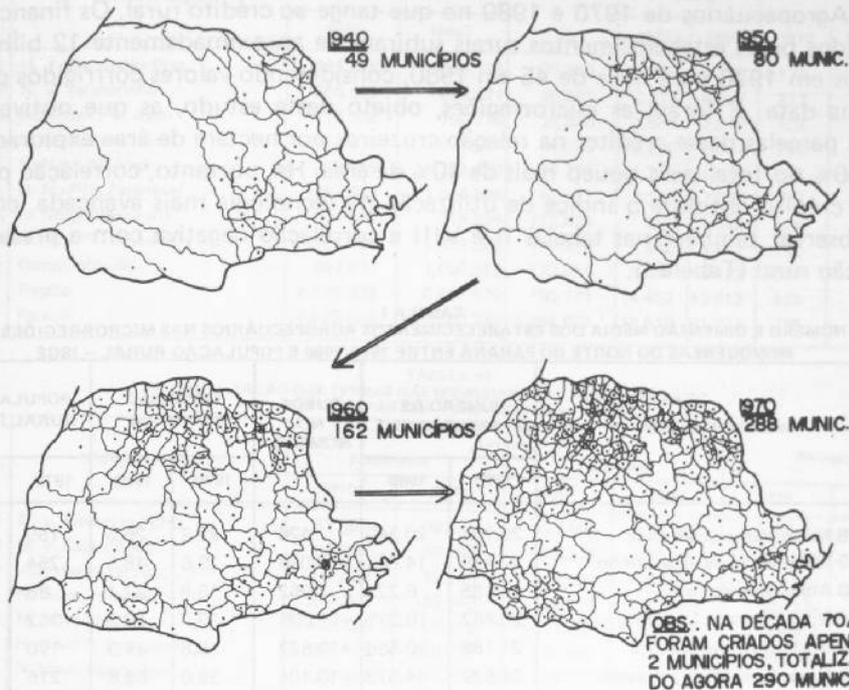
Até por volta de 1970, ocorreu acelerada expansão da fronteira agrícola e substancial aumento no número de propriedades na área ocupada, nas áreas de lavoura e no pessoal ocupado nas lides do campo. Todo este processo era acompanhado por elevado contingente de população que rapidamente se expandia pelo espaço do norte paranaense, como se pode observar no cartograma da figura 1.

Em 1950 a área média dos estabelecimentos chegava a 90 hectares, para cair a 23 ha em 1970, demonstrando o grande parcelamento de terras na região, fato que se reflete também na divisão administrativa do estado com o surgimento de elevado número de pequenos municípios, como se observa nos cartogramas da figura 2. Em 1940 existiam 49 municípios, e quase todo o norte, noroeste e, sudoeste do Paraná era um grande vazio. Em 1950 já eram 80 municípios, notando-se o avanço da ocupação como ponta de lança que atinge Maringá e Paranavaí. O censo de 1960 encontrou 162 municípios, a maioria criados na porção norte, exatamente onde estava em grande evidência a cultura cafeeira. O quadro de municípios praticamente se completa na década seguinte, quando ocorre o maior parcelamento de terras no noroeste e extremo oeste, praticamente encerrando o avanço da fronteira agrícola. Nesse período foram criados mais 126 novos municípios a maioria nessa área do Estado. O Paraná passa a contar então com 288 municípios. Na década de 70 somente foram criados mais dois, o que torna evidente o encerramento do ciclo e o início da decadência de muitos desses municípios, em particular das cidades de efêmera florescência, acompanhando a decadência da cultura cafeeira, o avanço de culturas pouco exigentes quanto à mão-de-obra, à concentração da terra e mecanização, expansão das pastagens e o conseqüente esvaziamento populacional (Fig. 2). Na base das mudanças que se pretendeu implantar na agricultura do país, considerada arcaica e atrasada, e com a preocupação de ampliar a produção comercial de exportação, ocupa lugar importante a política de crédito subsidiado que torna baixo o custo dos insumos que a indústria vinha lançando no mercado. Era necessário aumentar o consumo, ampliar esse mercado para dar vazão à crescente produção industrial. O crédito rural, contribui, e muito, para impulsionar as mudanças na base técnica e esperada modernização dos modos de produção com o emprego de tecnologia considerada avançada: máquinas e equipamentos e produtos químico-biológicos como adubos, defensivos, corretivos, sementes, medicamentos.

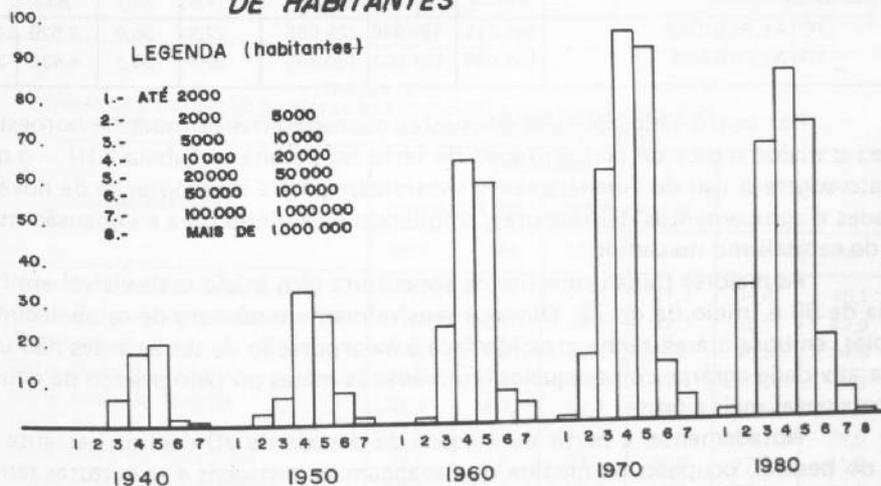
Mas o crédito rural subsidiado serve, inclusive, direta ou indiretamente, para outros fins como a aquisição de terras e formação de grandes capitais e que acabam por expulsar das atividades agrárias aqueles que não conseguiram entrar no pro-

PARANÁ: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE
MUNICÍPIOS — 1940 - 1970

FIG. 2



NÚMEROS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO OS GRUPOS DE HABITANTES



cesso, em regra, os proprietários menores incapazes de se unirem para a formação de empresas ou cooperativas, os arrendatários, parceiros e por fim, a grande maioria dos assalariados.

É possível estabelecer a veracidade destes fatos pela análise de dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1980 no que tange ao crédito rural. Os financiamentos obtidos pelos estabelecimentos rurais subiram de aproximadamente 12 bilhões de cruzeiros em 1970 para mais de 45 em 1980, considerando valores corrigidos para esta última data. E foram as microrregiões, objeto deste estudo, as que obtiveram as maiores parcelas desse crédito, na relação cruzeiros por hectare de área explorada com quase 50% do total para pouco mais de 40% da área. Há, portanto, correlação positiva entre o crédito obtido e o índice de utilização de tecnologia mais avançada, como se pode observar também nas tabelas II e VIII e correlação negativa com a presença da população rural (Tabela I).

TABELA I
NÚMERO E DIMENSÃO MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NAS MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS DO NORTE DO PARANÁ ENTRE 1970/1980 E POPULAÇÃO RURAL - IBGE

MICRORREGIÕES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		QUEDA NO NÚMERO	DIMENSÃO MÉDIA—ha		POPULAÇÃO RURAL (1.000)	
	1970	1980		1970	1980	1970	1980
278 Norte Velho de W. Braz	20.766	20.340	- 426	22,2	26,5	155	70
279 Norte Novo de Jacarézinho	22.149	14.063	- 8.086	29,6	48,5	254	133
280 Algodoeira de Assaf	9.185	6.223	- 2.962	18,8	32,1	88	47
281 Norte Novo de Londrina	29.467	18.261	-11.206	32,7	53,5	352	178
282 Norte Novo de Maringá	21.188	10.566	-10.622	15,8	34,3	170	67
283 Norte Novm.º de Paranavaf	24.679	14.578	-10.101	39,0	69,6	215	119
284 Norte Novo de Apucarana	45.376	30.022	-15.354	13,3	23,9	352	211
285 Norte Novm.º de Umuarama	66.519	42.198	-24.321	16,9	31,4	510	278
286 Campo Mourão	54.982	32.395	-22.587	17,6	33,7	433	235
TOTAL REGIÕES	294.311	188.646	105.665	22,9	36,6	2.529	1.338
TOTAL PARANÁ	554.488	454.103	100.385	26,4	36,1	4.435	3.156

Por outro lado foi também nestas microrregiões do norte e noroeste que ocorreu o maior índice de concentração da terra no Paraná — Tabela XIII — o que de imediato sugere o uso do financiamento subsidiado, para a incorporação de novas propriedades e agrupamentos das menores, ampliando o caminho para a expansão mais intensa do capitalismo no campo.

As maiores transformações na agricultura têm início mais visível em fins da década de 60 e início da de 70. Diminui sensivelmente o número de estabelecimentos agrícolas, embora a área tenha crescido face à incorporação de terras antes não utilizadas na atividade agrária, como aquelas reservadas às matas ou pelo avanço da ocupação nas áreas novas mais a oeste.

Notadamente, a partir de meados da década de 70 declina bastante o número do pessoal, ocupado na medida que avançam as pastagens e as culturas temporárias, com alto índice de tratorização (Tabelas I a IV). Lembrar ainda que em 1975

TABELA II
ÁREA E NÚMERO DE TRATORES NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO
NORTE DO PARANÁ - IBGE - 1970/1980

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		Aumento da Área	Número de Tratores		Média-Área por Trator	
	1970	1980		1970	1980	1970	1980
	278 N. V. Wenceslau Braz	461.776		539.125	77.349	394	1.791
279 N. V. Jacarézinho	655.880	682.471	26.591	2.773	6.027	237	113
280 Algodoeira de Assaí	172.908	199.728	26.820	1.594	2.612	108	76
281 N. Novo Londrina	963.533	977.631	14.098	3.280	8.284	294	118
282 N. Novo Maringá	335.115	361.889	26.774	1.232	4.440	272	82
283 N. Nov ^{mo} . Paranavaí	962.824	1.014.895	52.071	757	2.976	1.272	341
284 N. Novo Apucarana	604.506	718.335	113.829	894	4.543	676	158
285 N. Nov ^{mo} . Umuarama	1.125.681	1.323.060	197.379	640	3.417	1.759	387
286 Campo Mourão	967.611	1.090.542	122.931	1.444	8.423	670	129
Região	6.126.903	6.907.676	780.773	14.452	42.513	424	162
Paraná	14.625.530	16.380.332	1.754.802	18.619	81.727	785	200

TABELA III
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO
NORTE DO PARANÁ - (ha) - IBGE - 1970/1980

MICRORREGIÕES	Lavoura				Pastagem	
	Permanente		Temporária		1970	1980
	1970	1980	1970	1980		
278 N. V. Wenceslau Braz	32.587	39.084	127.525	152.066	159.817	248.465
279 N. V. Jacarézinho	115.667	59.561	208.223	256.604	249.995	289.506
280 Algodoeira de Assaí	17.538	10.208	77.308	87.410	45.837	66.627
281 N. Novo Londrina	277.502	152.540	182.812	286.981	385.494	433.195
282 N. Novo Maringá	128.729	48.815	77.535	166.431	96.694	98.942
283 N. Nov ^{mo} . Paranavaí	168.485	120.870	87.045	60.574	555.893	747.605
284 N. Novo Apucarana	133.506	71.282	194.343	242.498	167.991	284.503
285 N. Nov ^{mo} . Umuarama	253.508	214.623	228.354	141.939	443.644	834.717
286 Campo Mourão	92.007	57.129	335.760	529.535	248.264	318.685
Região	1.219.529	774.112	1.518.905	1.924.038	2.353.629	3.322.245
Paraná	1.306.223	952.320	3.412.383	5.132.701	4.174.829	5.520.218

TABELA IV
FORMAS DE UTILIZAÇÃO DA TERRA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO
NORTE DO PARANÁ - 1970/1980 - DADOS PERCENTUAIS - IBGE

MICRORREGIÕES	LAVOURAS				PASTAGENS	
	PERMANENTES		TEMPORÁRIAS		1970	1980
	1970	1980	1970	1980		
278 Norte Velho de Wenceslau Braz	7,1	7,1	27,6	27,7	34,6	45,1
279 Norte Velho de Jacarézinho	17,6	8,8	31,8	37,8	38,1	42,6
280 Algodoeira de Assaí	10,1	5,3	33,7	45,3	26,5	34,5
281 Norte Novo de Londrina	28,8	15,8	19,0	29,8	40,0	45,1
282 Norte Novo de Maringá	38,4	14,4	23,1	49,2	28,9	29,3
283 Norte Nov ^o de Paranavaí	17,5	12,1	9,0	6,0	57,7	74,6
284 Norte Novo de Apucarana	22,1	10,4	32,1	35,2	27,8	41,3
285 Norte Nov ^o . de Umuarama	22,5	16,4	20,3	10,9	39,4	63,9
286 Campo Mourão	9,5	5,4	36,8	50,2	25,7	30,2

TABELA V
EFETIVO DO REBANHO BOVINO NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO
NORTE DO PARANÁ – 1970/1980 – (MILHARES DE CABEÇAS) – IBGE

MICRORREGIÃO	REBANHO		% DO AUMENTO
	1970	1980	
278 Norte Velho de Wenceslau Braz	123	247	101
279 Norte Velho de Jacarézinho	249	384	54
280 Algodoeira de Assaí	41	84	105
281 Norte Novo de Londrina	535	742	39
282 Norte Novo de Maringá	156	186	19
283 Norte Novm. ^o de Paranavaí	849	1.275	50
284 Norte Novo de Apucarana	219	446	104
285 Norte Novm. ^o de Umuarama	655	1.558	138
286 Campo Mourão	315	548	74
TOTAL REGIÕES	3.152	5.470	74
TOTAL PARANÁ	4.693	7.893	68

TABELA VI
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS (ha) NAS
MICRORREGIÕES DO NORTE DO PARANÁ – 1970/1980 – IBGE

MICRORREGIÃO	0 – 10 ha		10 – 100 ha		100 – 1000 ha		+ de 1000 ha	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
278 N. V. Wenceslau Braz	12.395	11.640	7.747	7.931	597	709	26	51
279 N. V. Jacarézinho	13.129	6.306	7.995	6.519	956	1.153	69	82
280 Algodoeira de Assaí	5.100	2.738	3.897	3.169	181	301	7	15
281 N. Novo Londrina	12.610	5.391	15.420	10.948	1.352	1.821	85	93
282 N. Novo Maringá	11.541	3.528	9.349	6.441	294	587	4	10
283 N. Novm. ^o Paranavaí	12.445	5.671	10.745	7.020	1.374	1.720	115	154
284 N. Novo Apucarana	32.198	17.520	12.623	11.526	533	927	22	48
285 N. Novm. ^o Umuarama	43.486	21.893	21.855	18.340	1.065	1.831	88	131
286 Campo Mourão	36.550	16.731	17.393	13.786	989	1.791	50	81
Região	179.454	91.418	107.024	85.680	7.341	10.840	466	665
Paraná	295.272	214.995	240.936	215.031	17.158	22.349	1.087	1.537

ocorre no Paraná forte geada que acaba por representar espécie de golpe de misericórdia no ânimo daqueles que ainda pretendiam continuar com o café. A já combatida cultura cafeeira cede de vez e o campo se abre inteiramente para as culturas temporárias, em especial a soja e o trigo. O número de pessoal ocupado decresce na proporção da concentração de terras e do crescimento dessas culturas, altamente mecanizáveis. É a chamada "modernização agrícola" que chega como reflexo da política econômica do governo e mais especificamente da política agrícola do país.

TABELA VII
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA-TOTAL NAS MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS DO NORTE DO PARANÁ - 1970/1980 - IBGE

MICRORREGIÕES	0 - 10 ha		10 - 100 ha		100 - 1000 ha		+ 1000 ha	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
278 N. V. Wenceslau Braz	61.613	58.362	207.000	206.468	149.326	179.209	43.837	95.086
279 N. V. Jacarézinho	72.549	33.457	197.069	180.563	260.467	328.314	125.750	140.136
280 Algodoeira de Assaí	26.789	14.463	92.293	88.803	35.868	61.150	17.959	35.312
281 N. Novo Londrina	74.043	27.360	379.870	327.374	345.525	454.074	164.097	168.823
282 N. Novo Maringá	69.488	19.678	192.606	184.973	63.070	125.516	9.953	31.722
283 N. Novm.º, Paranavaí	70.774	28.805	269.473	219.299	386.706	491.184	235.871	275.607
284 N. Novo Apucarana	169.977	93.317	249.867	275.824	131.248	242.728	53.397	106.466
285 N. Novm.º, Umuarama	236.769	122.927	434.284	431.274	279.416	485.723	175.210	283.137
286 Campo Mourão	194.333	87.082	399.425	372.301	248.191	446.105	125.664	185.054
287 Região Paraná	976.400	485.451	2.421.887	2.286.879	1.899.817	2.814.003	951.738	1.226.257
	1.575.024	1.108.665	6.097.366	5.868.093	4.220.749	5.666.928	2.732.390	3.736.645

TABELA VIII
USO DA FORÇA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS DAS MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS DO NORTE DO PARANÁ - 1970/1980 - LLANILLO
(Dados percentuais)

MICRORREGIÕES	HUMANA		ANIMAL		MECÂNICA E ANIMAL/MECÂNICA	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
278 Norte Velho de Wenceslau Braz	30,1	16,1	67,0	45,8	2,9	38,1
279 Norte Velho de Jacarézinho	24,0	15,5	46,6	18,9	29,4	65,6
280 Algodoeira de Assaí	26,9	12,9	47,3	13,9	25,8	73,2
281 Norte Novo de Londrina	38,1	18,7	47,5	19,7	14,4	61,6
282 Norte Novo de Maringá	35,7	15,8	50,8	14,7	13,5	69,5
283 Norte Novm.º de Paranavaí	53,7	43,8	41,6	23,9	4,7	32,3
284 Norte Novo de Apucarana	74,6	15,2	21,5	17,4	3,9	67,4
285-Norte Novm.º de Umuarama	61,7	47,5	36,3	32,0	2,0	20,5
286 Campo Mourão	57,6	18,8	36,8	21,5	5,6	59,7
TOTAL REGIÕES	44,7	22,7	43,9	23,0	11,3	54,2
TOTAL PARANÁ	46,2	26,1	45,0	29,6	8,8	44,3

A preocupação do poder central de seguir um modelo desenvolvimentista, baseado na industrialização com vistas à substituição das importações, como já se salientou, vinha causando efeitos sobre a agricultura desde 1950. Algumas áreas, como o oeste de São Paulo, ocupadas antes que o norte paranaense, sofreram esses efeitos mais cedo. O que ocorre, hoje no norte e noroeste do Paraná, é apenas a repetição, em escala mais acentuada, e por isso mais dolorosa, do mesmo evento que afetou antes e mesmo nestes últimos tempos, outras áreas do país.

O trecho que se segue sintetiza bem a situação criada na agricultura brasileira com tal modelo de desenvolvimento:

"A manutenção de taxas de câmbio sobrevalorizadas, ao mesmo tempo que facilitava a importação de poupanças externas para o desenvolvimento industrial, extraía excedentes da agricultura, taxando implicitamente a agricultura de exportação quando não explicitamente através de impostos de exportação, contingenciamentos e mesmo proibições de importações para favorecer o setor industrial transformador doméstico, sob o argumen-

to da necessidade de proteger a indústria infante. A produção de alimentos, por outro lado, mormente a partir de meados da década de 1960, foi alvo de tabelamentos e outras formas de achatamento de preços (como importação de alimentos quando ocorriam, frustrações de safra ou outros fenômenos altistas) com a finalidade precípua de manter a alimentação barata para a massa de trabalhadores urbanos e assim poder manter baixos os seus salários favorecendo o setor industrial". (Llanillo, 1983, 8).

A política agrícola segue a mesma linha com pouco incentivo à produção, sobretudo de alimentos — arroz, feijão, milho — e esta decai sensivelmente na medida em que vão desaparecendo as pequenas propriedades e unidades familiares, observando-se que, no Paraná, como de resto ocorre no país todo, são as propriedades menores — até 50 ha — que produzem de 60 a 85% dos alimentos básicos, embora ocupem área que não chega aos 20% do total. Para reafirmar o fato de que a produção de alimentos não tem sido atraente para o capital, basta verificar que as grandes propriedades, maiores de 1.000 ha, participam com menos de 10% da produção de alimentos.

A renda agrícola sempre foi mantida em níveis muito baixos e a política de crédito rural invariavelmente favoreceu as culturas de exportação, em geral nas mãos dos grandes proprietários. É aqui que emerge a soja que desponta como alternativa para substituir o café em baixa no mercado internacional. Além da boa cotação nesse mercado a cultura da soja foi favorecida pela política econômica das desvalorizações cambiais e isenção de imposto de exportação. A associação com o trigo, o crédito rural subsidiado, dirigido à aquisição de insumos modernos oriundos da indústria, a tratorização possibilitada pela topografia favorável, a concentração fundiária para a qual muito contribuiu — embora ilegalmente — o crédito fácil, tudo se somou para dar início às transformações na vida agrícola paranaense, desencadeando o processo do desemprego na zona rural, a migração para os centros urbanos ou em direção a outras partes do país, enfim a intensa e forçada mobilidade da população que redundou na série enorme de problemas que hoje afetam este Estado.

O Paraná que até há pouco era considerado modelo de crescimento harmônico, equilibrado, padrão de excelência para a vida brasileira, hoje se apresenta tão cheio de problemas como a maioria dos estados da federação.

Ao longo da história deste país, conclui-se, a política econômica se fez sempre de acordo com as conveniências e circunstâncias de momento. Vive-se constantemente em experiências, medidas de grande alcance social são adotadas sem maiores cuidados. Importam-se modelos desta ou daquela tendência ou "escola", se der certo, ótimo, se não surtir os efeitos desejados, abandona-se o modelo e procura-se outro. Tudo muito simplesmente como se não houvesse toda a população que deveria ser sempre, o objetivo maior e imediato de qualquer ação.

Com a finalidade de propiciar uma visão mais concreta da realidade, a sequência deste estudo — mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do norte do Paraná — far-se-á calcada, principalmente na análise e interpretação cartográfica e dos valores numéricos correspondentes às tabelas.

IV. A ANÁLISE DA MOBILIDADE DA POPULAÇÃO NAS ANTIGAS ÁREAS CAFEEIRAS DO NORTE DO PARANÁ

O gráfico de colunas — Taxas Médias de crescimento Anual (da população) — Figura 3 A e B — coloca em destaque a taxa média de crescimento anual da

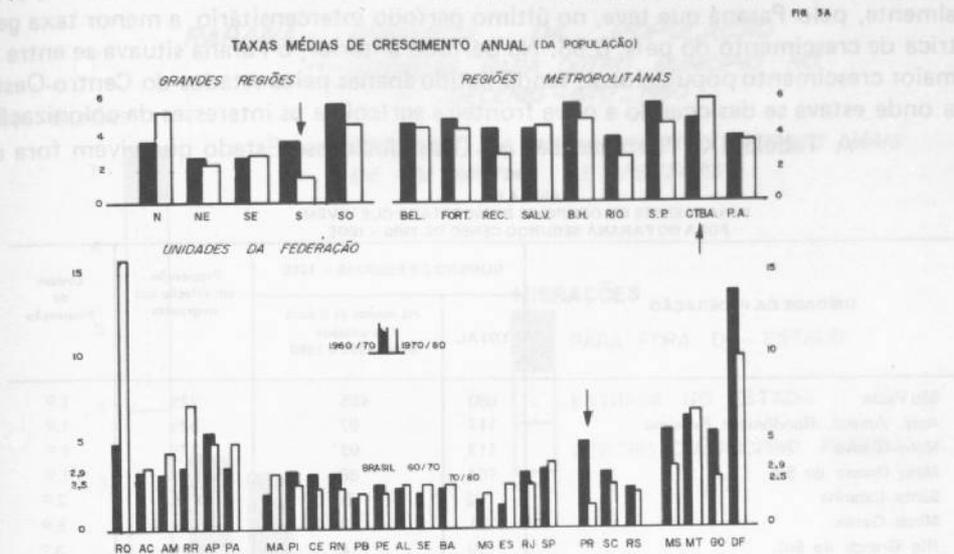
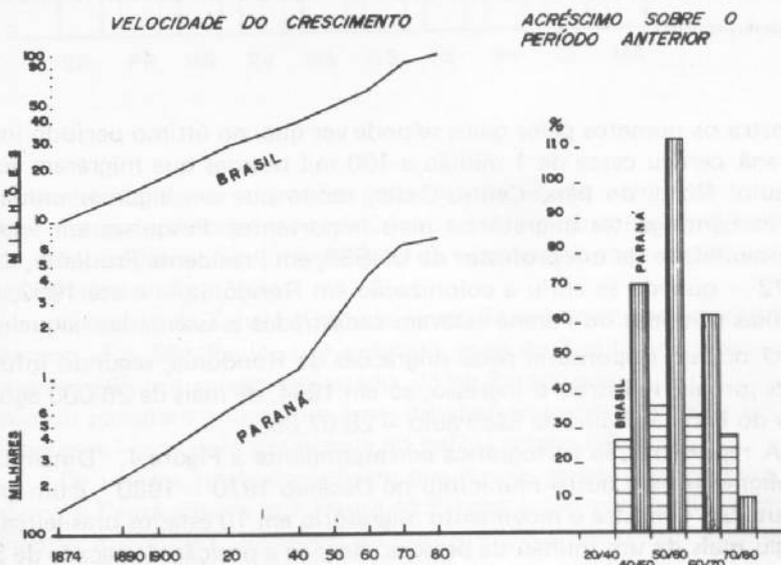


FIG. 3A

FIG. 3B

BRASIL - PARANÁ: POPULAÇÃO



população do Brasil, considerando as grandes regiões, as unidades da federação e as regiões metropolitanas nos períodos 1960/70 e 1970/80.

Observe-se que das 5 grandes regiões brasileiras foi a região sul-Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – a que menos cresceu e esta situação é dada, principalmente, pelo Paraná que teve, no último período intercensitário, a menor taxa geométrica de crescimento do país; 0,96. No período anterior, o Paraná situava-se entre os de maior crescimento populacional, sendo batido apenas pelos estados do Centro-Oeste, para onde estava se deslocando a nova fronteira agrícola e os interesses da colonização.

A Tabela IX, "Paranaenses ou Oriundos desse Estado que vivem fora do

TABELA IX
PARANAENSES OU ORIUNDOS DESSE ESTADO QUE VIVEM
FORA DO PARANÁ SEGUNDO CENSO DE 1980 – IBGE

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS – 1000		Proporção em relação aos migrantes	Ordem da Proporção
	TOTAL	Há menos de 5 anos na unidade Entre 1975 e 1980		
São Paulo	590	485	22%	1.º
Acre, Amapá, Rondônia e Roraima	117	97	52%	1.º
Mato Grosso	112	93	37%	1.º
Mato Grosso do Sul	107	88	44%	1.º
Santa Catarina	62	50	38%	2.º
Minas Gerais	31	22		6.º
Rio Grande do Sul	19	14	13%	3.º
Pará	19	18		7.º
Rio de Janeiro	15	11		14.º
Goiás	6	5		11.º
Outros	22	17		
TO TAL APROXIMADO	1.050	885		

Segundo o Censo de 1980, 3.080.000 paranaenses vivem fora de seu Município de origem, desse total, 76% emigraram na segunda metade do período.

Paraná", mostra os números pelos quais se pode ver que, no último período intercensitário, o Paraná perdeu cerca de 1 milhão e 100 mil pessoas que migraram sobretudo para São Paulo, Norte do país, Centro-Oeste, sendo que em algumas unidades, eles constituem os contingentes migratórios mais importantes. Pesquisas em andamento, sob a responsabilidade de um professor da UNESP, em Presidente Prudente, dão conta que, de 1972 – quando se abriu a colonização em Rondônia – e até 1982, cerca de 24.000 famílias oriundas do Paraná estavam cadastradas e assentadas naquele Estado.

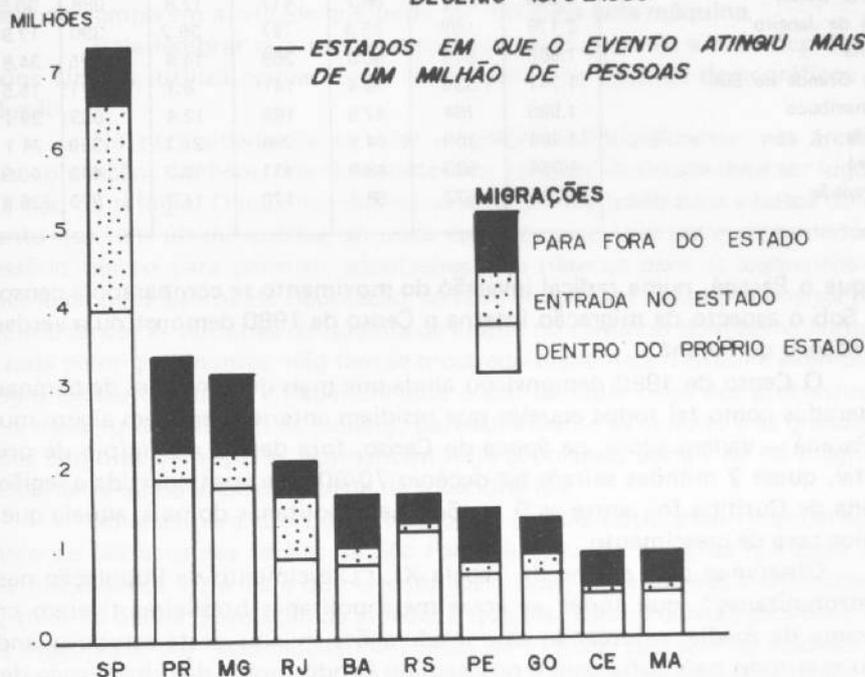
O núcleo responsável pelas migrações de Rondônia, segundo informações prestadas aos jornais, registrou o ingresso, só em 1984, de mais de 28.000 agricultores provenientes do Paraná (Folha de São Paulo – 28.07.85).

A representação cartográfica correspondente a Figura 4, "Dinâmica da População – Migração para outro município no Decênio 1970 – 1980", é um gráfico de colunas estruturais e mostra o movimento migratório em 10 estados brasileiros, onde o evento atingiu mais de um milhão de pessoas. Note-se a posição destacada de São Pau-

PARANÁ: DINÂMICA DA POPULAÇÃO

— MIGRAÇÃO PARA OUTRO MUNICÍPIO NO
DECÊNIO — 1970 — 1980

— ESTADOS EM QUE O EVENTO ATINGIU MAIS
DE UM MILHÃO DE PESSOAS



lo mas, em se tratando de migrações para fora do estado — em negro no gráfico — é o Paraná que comparece com maiores números, mesmo no cotejo com estados, tradicionalmente, conhecidos como fornecedores de substanciais contingentes para o fluxo interno das correntes migratórias.

O exame da Tabela X (muito simplificada) confirma e quantifica os valores do fenômeno. Em São Paulo, por exemplo, mais de 7 milhões de pessoas migraram, porém apenas 665 mil saíram do estado. Já no Paraná quase 3,5 milhões mudaram de município ou passaram a viver nas áreas urbanas. Entretanto, desse total, um milhão e cem mil pessoas — o maior contingente do país — saíram do estado.

Os valores relativos indicam que apenas estados nordestinos como Bahia, Pernambuco e Ceará situam-se à frente do Paraná, no fornecimento de população para o movimento migratório. Inclusive, os dois primeiros receberam mais gente vinda de

TABELA X
PESSOAS QUE MIGRARAM NO DECÊNIO 1970/1980
ESTADOS EM QUE O EVENTO FOI SUPERIOR A UM MILHÃO DE PESSOAS – IBGE (valores em 1000)

	TOTAL	NO PRÓPRIO ESTADO		VINDO DE FORA		SAÍDAS DO ESTADO	
			%		%		%
São Paulo	7.334	4.025	54,9	2.644	36,1	665	9,0
PARANÁ	3.476	1.978	56,9	396	11,4	1.102	31,7
Minas Gerais	3.248	1.843	56,7	417	12,8	988	30,5
Rio de Janeiro	2.176	999	45,9	787	36,2	390	17,9
Bahia	1.808	914	50,6	269	14,9	625	34,6
Rio Grande do Sul	1.747	1.335	76,4	141	8,1	271	15,5
Pernambuco	1.595	764	47,9	198	12,4	633	39,7
Goiás	1.404	769	54,8	296	21,1	339	24,1
Ceará	1.084	530	48,9	111	10,2	443	40,9
Maranhão	1.015	572	56,4	170	11,7	273	26,9

fora do que o Paraná, numa radical inversão do movimento se comparado a censos anteriores. Sob o aspecto da migração interna o Censo de 1980 demonstrou a verdadeira nordestinização do Paraná.

O Censo de 1980 demonstrou ainda que mais de 3 milhões de paranaenses – considerados como tal todos aqueles que residiam anteriormente em algum município do Paraná – viviam agora, na época do Censo, fora de seu município de origem. Desse total, quase 2 milhões saíram no decênio 70/80. Em contrapartida a região metropolitana de Curitiba foi, entre as 9 regiões metropolitanas do país, aquela que acusou a maior taxa de crescimento.

Observe-se pelo exame da Tabela XI, "Crescimento da População nas Regiões Metropolitanas", que todas as áreas metropolitanas brasileiras tiveram crescimento acima da média, reforçando as considerações iniciais deste estudo quando se constatou que todo país sofre com o processo do êxodo rural e da urbanização desmedida, concentrada e desarticulada do movimento de criação e oferta de empregos urbanos.

TABELA XI
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NAS REGIÕES
METROPOLITANAS – 1970/1980 – IBGE

REGIÕES	POPULAÇÃO		VARIACÃO		TAXA GEOMÉTRICA ANUAL
	1970	1980	Absoluta	Relativa	
Belém	656.351	1.000.349	343.998	52,4	4,3
Fortaleza	1.038.041	1.581.588	543.547	52,4	4,3
Recife	1.792.688	2.348.362	555.674	31,0	2,7
Salvador	1.148.828	1.772.018	623.190	54,3	4,4
Belo Horizonte	1.605.663	2.541.788	936.125	58,3	4,7
Rio de Janeiro	7.082.404	9.018.637	1.936.233	27,3	2,5
São Paulo	8.137.401	12.588.439	4.451.038	54,7	4,5
CURITIBA	820.766	1.441.743	620.977	75,7	5,8
Porto Alegre	1.531.168	2.232.370	701.202	45,8	3,8

Na realidade, será mister que se tomem medidas proporcionais à magnitude do problema. E essas medidas não poderão ser parciais e isoladas. A solução do problema do emprego no país terá, necessariamente, que passar por uma política econômica coerente e global e acima de tudo fundamentada em reais preocupações sociais.

A modernização da agricultura é desejável, porque é preciso produzir mais para alimentar uma população sempre crescente. Mas essa modernização implica no uso, em escala cada vez menor, da força humana de trabalho. Não é justo sacrificar o homem do campo em atividade que pode ser realizada pela máquina.

Vale lembrar que o país maior produtor agrícola e mais rico do mundo — Estados Unidos, utiliza apenas cerca de 5% dos seus efetivos demográficos para essa produção.

Há necessidade de se criar empregos, principalmente, nas áreas urbanas para a colocação, também, dos excedentes dos campos. A cidade deve ser lugar de atração e não de refúgio. O máximo esforço precisa ser realizado para a busca do desenvolvimento que, em última análise, só pode representar o bem estar da sociedade. Mas é necessário tempo para permitir adaptações sem traumas para os segmentos de níveis econômicos mais baixos da população, sempre envolvidos mais diretamente no processo de mudança. A tentativa de queima de etapas no caminho do desenvolvimento, preconizada pelos governantes, não tem se mostrado eficiente e o Brasil é exemplo vivo do malogro dessas tentativas e experiências e é por isso que além dos problemas que afetam o meio rural, também as cidades, particularmente as maiores e as grandes concentrações como as metrópoles, apresentam hoje problemas sociais de tal magnitude que se acredita na quase impossibilidade de solucioná-los.

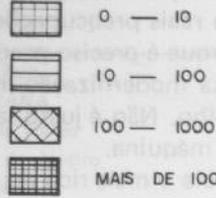
Apenas para dar um exemplo: os jornais noticiaram recentemente que o número de barracos nas favelas de São Paulo — segundo pesquisa realizada — cresceu 713% nos últimos 10 anos e que eles abrigam, hoje, de seiscentas a setecentas mil pessoas, mais de 6% da população da cidade. E que esta capital conta agora com 1.530 núcleos espalhados por toda cidade com cerca de 118.000 barracos de madeira, papelão, latas, ocupando terrenos públicos e particulares (Folha de São Paulo — 10.03.85).

O setograma — cujo título — “Paraná, Estrutura Fundiária”, Figura 5, visualiza os fatos que vêm sendo salientados para o Paraná ao longo deste estudo. Sensível queda no número de estabelecimentos agrários no período 1970/1980 e razoável aumento na área ocupada, o que significa crescimento da concentração fundiária. Exame, na estrutura revelada pelo gráfico, mostra que foram as unidades menores de zero a 10 ha e de 10 a 100 ha as que sofreram maiores quedas tanto em número quanto em área. Os estabelecimentos maiores de 100 ha e sobretudo os que têm mais de 1000 ha conheceram maior aumento.

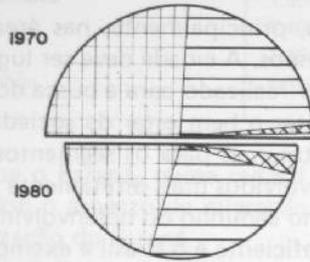
O índice de Gini, calculado para o período, dá conta da importância da concentração de terra no Paraná e que excetuando-se duas microrregiões leste paranaense — 269 — Litoral Paranaense e 270 — Alto Ribeira foram as microrregiões do norte, em especial a 282 — Norte Novo de Maringá e 284 — Norte Novo de Apucarana as que tiveram maiores índices de concentração no período, embora ainda permaneçam segundo a escala de Câmara, como sendo de “média para forte” concentração, enquanto que algumas como a 283 — Norte Novíssimo de Paranaíba, desde o período

PARANÁ - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

GRUPOS DE ÁREA (Ha)



ESTABELECIMENTOS



ÁREA (Ha)

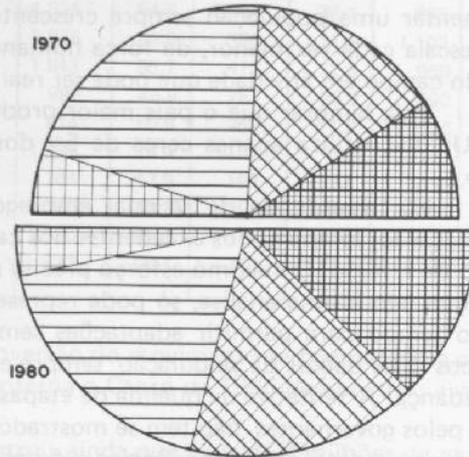


TABELA XII
DINÂMICA DA POPULAÇÃO DO PARANÁ - 1970/1980, DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL (GANHOS E PERDAS), POPULAÇÃO URBANA (GANHOS NO PERÍODO), SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - IBGE - MILH. PESSOAS

MICRORREGIÕES	ÁREA Km ²	POPULAÇÃO RURAL					POPULAÇÃO URBANA		
		N.º (1000)		DENSIDADE		Ganhos ou Perdas	N.º (1000)		%
		1970	1980	1970	1980		1970	1980	
268 Curitiba	8.763	165	115	19	13	- 32	656	1.326	102
269 Litoral Paranaense	5.851	35	32	6	6	-	78	105	35
270 Alto Ribeira	3.485	27	28	8	8	-	2	3	50
271 Alto Rio Negro Paranaense	1.595	27	28	17	17	-	3	3	-
272 Campos da Lapa	4.752	43	43	9	9	-	34	45	32
273 Campos de Ponta Grossa	11.592	78	79	7	7	-	159	249	57
274 Campos de Jaguaírvá	4.354	29	29	7	7	-	11	17	55
275 São Mateus do Sul	2.458	34	31	14	13	- 7	7	14	100
276 Colonial do Irati	7.655	98	99	13	13	-	37	50	35
277 Alto Ivai	7.384	84	98	11	13	+ 8	8	15	88
278 NORTE VELHO DE WENCESLAU BRAZ	6.210	155	120	25	19	- 24	46	66	43
279 NORTE VELHO DE JACARÉZINHO	7.406	254	133	34	18	- 47	135	170	26
280 ALGODOEIRA DE ASSAÍ	2.174	88	48	40	22	- 45	28	36	29
281 NORTE NOVO DE LONDRINA	10.175	352	178	35	17	- 51	333	528	59
282 NORTE NOVO DE MARINGÁ	3.722	170	67	46	18	- 61	150	247	65
283 NORTE NOV.M.º DE PARANAVAÍ	9.930	215	120	22	12	- 45	122	168	38
284 NORTE NOVO DE APUCARANA	7.286	351	211	48	29	- 40	110	170	55
285 NORTE NOV.M.º DE UMUARAMA	13.692	510	279	37	20	- 46	141	207	47
286 CAMPO MOURÃO	12.218	434	235	36	19	- 47	101	170	68
287 Pitanga	6.771	98	118	14	17	+ 21	8	16	100
288 Extremo Oeste Paranaense	23.128	604	476	26	21	- 19	149	484	225
289 Sudoeste Paranaense	11.622	367	355	31	30	- 3	80	167	109
290 Campos de Guarapuava	16.231	136	157	8	10	+ 25	54	138	156
291 Médio Iguaçu	10.606	81	80	8	8	-	47	78	66

Pa 54 127

anterior se enquadra entre aquelas classificadas de "forte a muito forte" (Tabela XIII). Por se tratar de área predominantemente de campo — a mata antes existente foi quase que totalmente destruída — em solo no geral arenoso e pouco fértil, a pequena propriedade não teria muitas condições de sobrevivência. Por isso, desde o início da ocupação tem predominado, nesta microrregião, a propriedade média e grande. Já em 1970 a área média das propriedades era a maior do norte paranaense e continua sendo agora com forte predomínio da pastagem que ocupava, em 1980, 74,6% da área utilizável (Tabela IV).

A Tabela XIII "Concentração de Terras no Paraná — 1970 — 1975 — 1980" demonstra que embora para o conjunto do país o índice de Gini é bem maior que o do Paraná, a velocidade da concentração de terras neste Estado, supera em muito a do Brasil. Dependendo dos resultados da reforma agrária que se pretende implantar parece não haver dúvidas de que, em alguns anos os índices de Gini para o Paraná, alcançarão os do Brasil, porque o processo continua e este Estado estará, então, definitivamente enquadrado no contexto nacional com todas as seqüelas inerentes ao evento e reafirmando a constatação de que a expansão do capitalismo no campo, faz-se tendo como suporte a grande propriedade.

TABELA XIII
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO PARANÁ SEGUNDO AS MICRO-
REGIÕES HOMOGÊNEAS — ÍNDICE DE GINI — 1970/1975/1980 — IBGE

	MICRORREGIÕES	ÍNDICE DE GINI			EVOLUÇÃO DO ÍNDICE		
		1970	1975	1980	1970/75	1975/80	1970/80
268	Curitiba	0.659	0.690	0.726	0.031	0.036	0.067
269	Litoral Paranaense	0.722	0.909	0.901	0.187	— 0.008	0.179
270	Alto Ribeira	0.715	0.740	0.841	0.025	0.101	0.126
271	Alto Rio Negro Paranaense	0.598	0.633	0.673	0.035	0.040	0.075
272	Campos da Lapa	0.749	0.729	0.763	— 0.020	0.034	0.014
273	Campos de Ponta Grossa	0.825	0.836	0.852	0.011	0.016	0.027
274	Campos de Jaguariaiva	0.859	0.892	0.873	0.033	— 0.019	0.014
275	São Mateus do Sul	0.656	0.633	0.694	— 0.023	0.061	0.038
276	Colonial do Irati	0.631	0.620	0.634	— 0.011	0.014	0.003
277	Alto Ivaí	0.709	0.727	0.742	0.018	0.015	0.033
278	NORTE VELHO DE WENCESLAU BRAZ	0.690	0.713	0.726	0.023	0.013	0.036
279	NORTE VELHO DE JACAREZINHO	0.747	0.766	0.772	0.019	0.006	0.025
280	ALGODIEIRA DE ASSAÍ	0.619	0.682	0.690	0.063	0.008	0.071
281	NORTE NOVO DE LONDRINA	0.698	0.711	0.718	0.013	0.007	0.020
282	NORTE NOVO DE MARINGÁ	0.527	0.588	0.639	0.061	0.051	0.112
283	NORTE NOVO, DE PARANAVÁ	0.767	0.788	0.786	0.021	— 0.002	0.019
284	NORTE NOVO, DE APUCARANA	0.592	0.660	0.704	0.068	0.044	0.112
285	NORTE NOVO, DE UMUARAMA	0.644	0.711	0.738	0.067	0.027	0.094
286	CAMPO MOURÃO	0.658	0.719	0.742	0.061	0.023	0.084
287	Pitanga	0.662	0.734	0.742	0.072	0.008	0.080
288	Extremo Oeste Paranaense	0.600	0.616	0.658	0.016	0.042	0.058
289	Sudoeste Paranaense	0.517	0.535	0.574	0.018	0.039	0.057
290	Campos de Guarapuava	0.768	0.776	0.779	0.008	0.003	0.011
291	Médio Iguaçu	0.742	0.753	0.773	0.011	0.020	0.031
	Paraná	0.702	0.729	0.746	0.027	0.017	0.044
	Brasil	0.844	0.855	0.859	0.011	0.004	0.015

Conf. LLANILLO.

Obs: CÂMARA, Lourival. Boletim Geográfico n.º 72, ano VII, agosto de 1949, propõe o seguinte grau de concentração para

Índice de GINI:

0.000 — 0.100 — Nula

0.101 — 0.250 — De nula a fraca

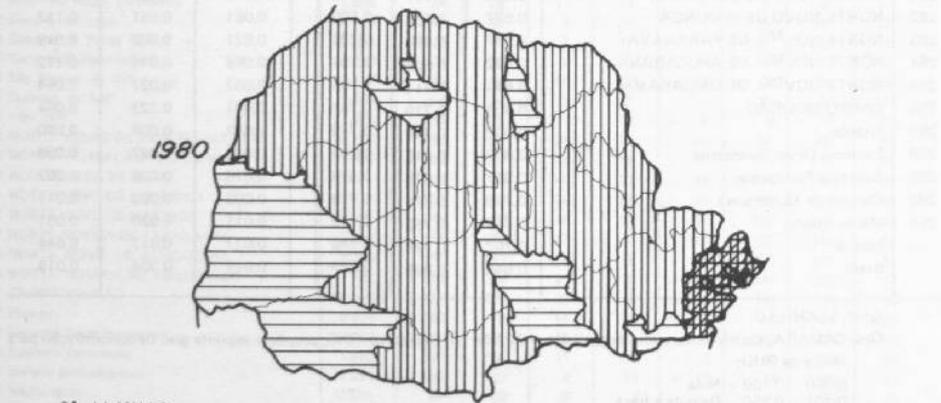
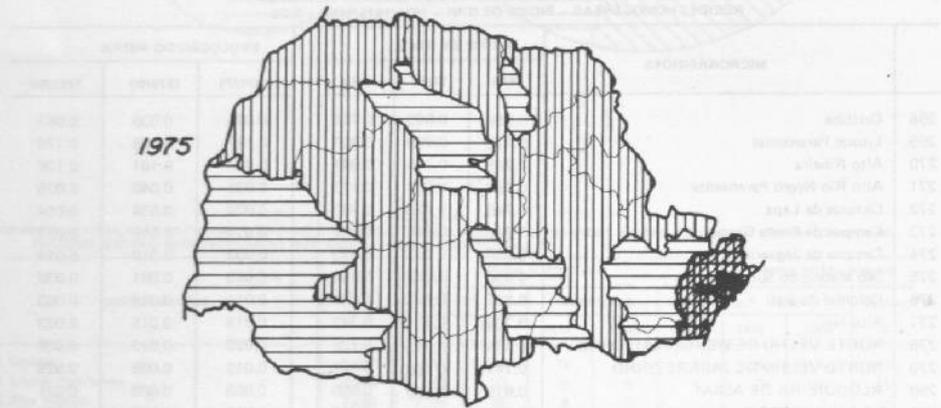
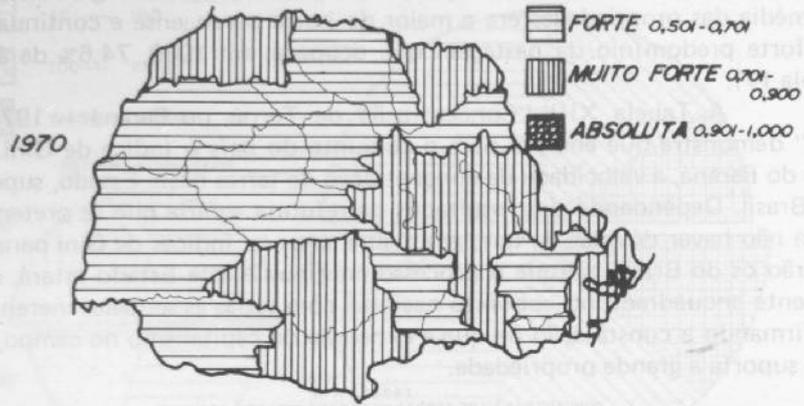
0.251 — 0.500 — De fraca a média

0.501 — 0.700 — De média a forte

0.701 — 0.900 — De forte a muito forte

0.901 — 1.000 — De muito forte a absoluto

FIG. 6
PARANÁ: ÍNDICE DE GINI DAS 24 MICRORREGIÕES
DO ESTADO (SEGUNDO A ESCALA DE CÂMARA)



CF. LLANILLO

Pesquisas recentes dão conta de que foram negociados em 1984, no Paraná, 44.203 imóveis rurais e que 70% deles estavam na faixa de área até 20 hectares. É possível que muitas destas propriedades tenham apenas trocado de dono, fato indicativo de certa rotatividade na posse da terra como revelam entrevistas realizadas com alguns proprietários (MORO — 1980, 137).

A terra, em alguns momentos, principalmente quando ocorre certa instabilidade financeira, tem se revelado um bom investimento para especulações, sobretudo onde os solos são melhores e a localização favorável.

Há que levar em conta que o preço da terra exige, do produtor, seu uso intensivo, o que representa a aplicação de investimentos que o pequeno proprietário não tem condições de realizar, dificultando cada vez mais não apenas o seu acesso como também a manutenção das atuais propriedades menores.

Para o homem do campo — o camponês — a terra não é somente um fator de produção mais é o próprio instrumento de trabalho, o que implica na necessidade fundamental e urgente de criação de programas econômicos e mecanismos com vistas à estabilização do preço da terra para se conter a especulação e ao mesmo tempo a implantação de uma política agrícola mais ampla e que leve em conta todo o universo da agricultura do país.

Os cartogramas da Figura 6 “Paraná — Índice de Gini” mostram no espaço paranaense e em 3 datas distintas — 1970 — 1975 e 1980, a evolução da concentração de terras vista através desse índice e de acordo com os valores constantes na Tabela XI.

O exame das Tabelas I e II revela que as nove microrregiões que compõem o chamado norte cafeeiro, sofreram no período 70/80 perda de 105.665 estabelecimentos e expansão na área de 780.733 ha, equivalendo dizer que ocorreu significativo aumento na dimensão dos estabelecimentos. De fato, os dados da Tabela I confirmam: de 23 ha como dimensão média em 1970 as propriedades passaram a quase 37 ha em 1980.

Como já se observou, quando da análise do setograma, foi no extrato menor — até 10 ha — onde ocorreu a queda mais expressiva. Se se levar em conta que é nos extratos menores de área que se concentra a mão-de-obra familiar, pode-se concluir que foi esta a que sofreu mais com o processo de concentração.

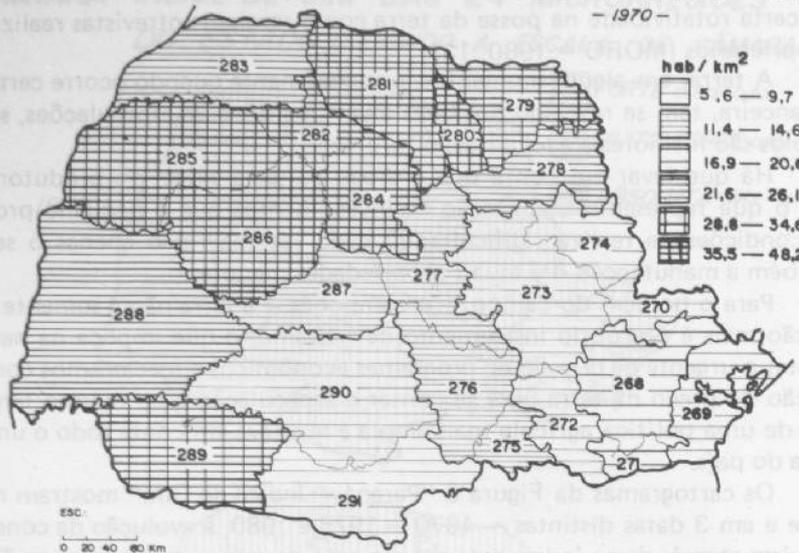
A Tabela I procura mostrar também a correlação entre a queda no número e área dos estabelecimentos menores com a diminuição dos efetivos populacionais da área rural.

Os cartogramas da Figura 7 A e B — “Densidade da População Rural 1970 e 1980” em confronto sintetizam tudo que foi dito até aqui em termos de população rural e esvaziamento do campo. Observe-se que houve nítido “clareamento” na representação do cartograma de 1980 em relação ao de 1970.

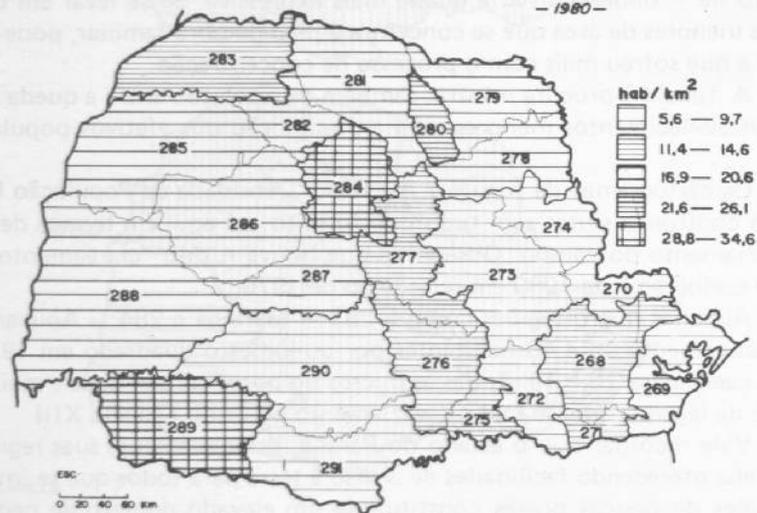
Algumas microrregiões como a 282 — Maringá e 284 — Apucarana que tinham respectivamente 46 e 48 habitantes por quilômetro quadrado em 1970 em suas áreas rurais caem para 18 e 19. Todas as micros do norte caíram duas e mais classes na classificação da legenda adotada tal o esvaziamento ocorrido (Tabela XII).

Vale recordar que o estado do Paraná, principalmente suas regiões norte e noroeste, vinha oferecendo facilidades de acesso à terra para todos que se interessavam, mesmo aqueles de poucas posses constituindo um elevado número de pequenas pro-

PARANÁ: DINÂMICA DA POPULAÇÃO
DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL
- 1970 -



PARANÁ: DINÂMICA DA POPULAÇÃO
DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL
- 1980 -



priedades muitos dos quais explorados pelos membros de uma mesma família, resultando altos índices de pessoal ocupado a maioria dedicada à lavoura do café e outros produtos tradicionais.

Com as transformações na estrutura da produção agropecuária do Estado e em particular da área em estudo, o quadro se altera. A decadência do café, a perda de importância daquelas culturas tradicionais como milho, arroz, feijão, a expansão da pastagem e sobretudo a introdução de culturas altamente mecanizáveis como a soja e o trigo, a concentração da terra, tudo afetou o nível de emprego e de trabalho, forçando a migração do campo já por muitas vezes salientado e que aparece nitidamente retratado no cartograma referente ao ano de 1980.

Saliente-se que transparece nítida ainda na paisagem de muitas áreas do antigo norte cafeeiro, os vestígios de um passado mais rico, dinâmico, cheio de vida em contraste com o quadro atual. Vastos talhões de terra trabalhados pela máquina mas vazios de homens. Pequenas cidades onde as casas denotam sinais de velhice precoce, descuidadas. Armazéns permanecem fechados, ruas desertas, comércio miúdo. No semblante e na conversa dos antigos moradores a perplexidade face às mudanças e, entretanto, há alguns anos (1955) quando o geógrafo Orlando Valverde visitou a região não escondeu seu entusiasmo face ao quadro que encontrou:

“Em conclusão, pode-se afirmar que a sociedade rural do Norte do Paraná é mais democrática do que a do planalto paulista em geral, embora esteja baseada no mesmo produto agrícola: o café. O regime de propriedade predominante no primeiro gera contratos e relações de trabalho entre os proprietários da terra e os trabalhadores rurais em que quase não há superioridade econômica entre uns e outros. A riqueza está mais bem distribuída e a classe mais pobre tem oportunidade de ascender econômica e socialmente. Esse é um fenômeno social raro no Brasil. O Norte do Paraná é por isso, a terra da esperança”. (Valverde, 1957, 188).

No curto espaço de duas ou três décadas tudo mudou. O fenômeno social raro e a terra da esperança não mais existem. E não poderia ser diferente. O compromisso do capital é apenas com o lucro rápido e farto. O homem só interessa enquanto é útil, engajado no processo de acumulação do capital. Fora daí ele passa a ser simplesmente um objeto que pode ser usado tão somente quando necessário — reserva de mão-de-obra — e depois deixado de lado. É o que ocorre hoje no Brasil todo e com maior intensidade nas antigas áreas cafeeiras do norte paranaense.

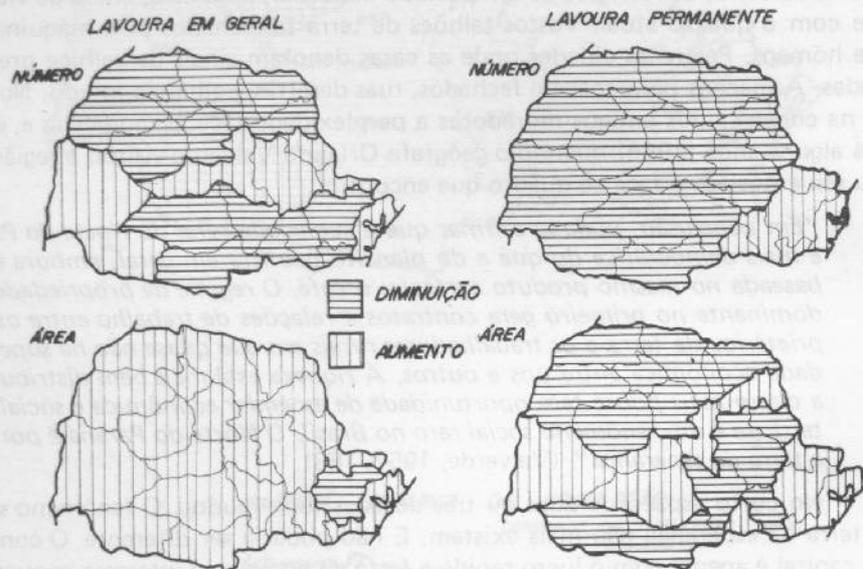
A Tabela XII “Dinâmica da População — Evolução da Densidade da População Rural, Ganhos e Perdas — Populações Urbanas, Ganhos”, informa que das microrregiões do Paraná, apenas três tiveram aumento de população na zona rural, nove permaneceram mais ou menos estáveis em valores absolutos, não considerando o crescimento vegetativo, enquanto que todas as do norte e noroeste tiveram quedas que variam de 24 a 61%, cabendo às microrregiões de Londrina e de Maringá as maiores perdas com respectivamente 51 e 61%.

Em contrapartida as vinte e quatro microrregiões alcançaram aumento na população urbana, principalmente, aquelas encabeçadas pelas cidades maiores nas áreas mais antigas, como Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá ou por centros que despontaram na última década como Umuarama, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Na seqüência da representação cartográfica foram introduzidos os cartogramas da Figura 8 "Estabelecimentos Agropecuários - Variação no período 1970/1980" que visualizam as transformações ocorridas na atividade agrícola no decênio. Fica evidenciado muito claramente nos cartogramas, o fato já apontado no setograma da figura 5: queda do número de estabelecimentos agrícolas em geral e aumento da área, o que significa, como se tem exaustivamente lembrado neste estudo, concentração fundiária.

FIG. 8

**PARANÁ - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
VARIAÇÃO NO PERÍODO 1970-80**



No que tange à lavoura permanente, basicamente dedicada ao café e, por conseguinte, grande absorvedora de mão-de-obra, a queda verificou-se tanto em número quanto em área o que implica, de imediato em liberalização de trabalhadores ou, em outras palavras, desemprego, mobilidade, migração.

Sabe-se que a proporção de pessoal ocupado na lavoura permanente do café e nas temporárias, principalmente da soja e do trigo, chega a ser de 8 a 10 para um. Mesmo as propriedades que se dedicam quase que exclusivamente ao café, acabam por ocupar, durante o ano, menos mão-de-obra porque se utilizam dela em maior escala apenas nas épocas das colheitas, ou num ou noutro momento quando certos cuidados se tornam absolutamente necessários.

A maioria dos proprietários procura evitar vínculos empregatícios com o trabalhador, face aos encargos sociais advindos com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e por isso aumenta continuamente o número dos trabalhadores volan-

tes – conhecidos agora como “bóias-frias”. São aquelas pessoas – calculadas em meio milhão atualmente no Paraná, cerca de 7% da população deste Estado – que vivem nas periferias dos centros urbanos mas que não conseguem trabalho na cidade. Apenas alguns realizam pequenos serviços aqui ou ali ou um certo número de mulheres que se empregam como domésticas mas que retornam ao campo quando há trabalho.

Também para as crianças o problema é sério, porque a maioria acaba por não ter condições de freqüentar continuamente a escola, já que seu trabalho no campo,

TABELA XIV
DINÂMICA DA POPULAÇÃO – 1970/1980, POPULAÇÃO RESIDENTE – TOTAL URBANA E RURAL
SEGUNDO PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ – IBGE

MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO TOTAL				POPULAÇÃO URBANA				POPULAÇÃO RURAL				3**		
	1970	1*	1980	1*	1970	1*	1980	1*	1970	1*	1980	1*	TOTAL	URBANA	RURAL
268 Curitiba	820.768	11,8	1.481.743	18,9	655.856	28,2	1.228.329	28,7	164.911	3,7	115.414	3,8	+7,8	+3,5	-0,1
269 Litoral Paranaense	112.245	1,6	157.143	1,4	77.815	3,1	106.965	2,3	34.820	0,8	32.379	1,0	+0,2	-0,8	+0,2
270 Alto Ribeira	29.924	0,4	31.017	0,4	2.433	0,1	3.257	0,1	27.491	0,6	27.750	0,9		+0,3	+0,3
271 Alto Rio Negro Paranaense	29.568	0,4	31.582	0,4	2.944	0,1	3.322	0,1	27.036	0,6	28.260	0,8		+0,3	+0,3
272 Campos de Loba	77.913	1,1	87.761	1,1	34.425	1,4	44.940	1,0	43.488	1,0	42.921	1,4		-0,4	-0,4
273 Campos de Ponta Grossa	232.356	3,4	328.533	4,5	199.477	8,4	249.462	5,6	77.875	1,8	79.071	2,5	+0,9	-0,8	+0,7
274 Campos de Jaguaretê	46.585	0,6	46.022	0,6	11.143	0,4	17.487	0,4	29.442	0,7	28.569	0,9		+0,2	+0,2
275 São Mateus do Sul	41.081	0,6	44.647	0,6	7.492	0,3	13.898	0,3	33.589	0,8	30.859	1,0		+0,2	+0,2
276 Colonial de Irapé	135.141	2,0	148.832	2,0	36.865	1,4	60.022	1,1	98.476	2,2	98.810	3,1		-0,3	+0,9
277 Alto Ivo	91.828	1,3	112.857	1,5	7.753	0,3	14.074	0,3	84.075	1,9	97.983	3,1	+0,2		+1,2
278 NORTE VELHO DE WENCESLAU BRAZ	200.842	2,9	185.375	2,4	45.804	1,8	65.548	1,5	154.838	3,5	119.827	3,8	-0,5	-0,3	+0,3
279 NORTE VELHO DE JACARÉZINHO	389.058	5,8	302.658	4,0	134.742	5,4	169.660	3,8	254.316	5,7	132.998	4,2	-1,8	-1,8	-1,7
280 ALGODOEIRA DE ASSAÍ	116.564	1,7	83.597	1,1	28.250	1,2	36.005	0,8	88.314	2,0	47.592	1,5	-0,6	-0,4	-0,5
281 NORTE NOVO DE LONDRIÑA	895.697	9,9	705.487	9,2	333.423	13,3	527.886	11,8	362.274	8,0	177.801	5,6	-0,7	-1,5	-2,4
282 NORTE NOVO DE MARINGÁ	320.239	4,8	314.225	4,1	150.429	6,0	247.354	5,5	169.810	3,8	86.871	2,1	-0,5	-0,6	-1,7
283 NORTE NOVO DE PARANAVÁ	336.456	4,9	287.704	3,8	121.705	4,9	168.182	3,8	214.751	4,8	119.522	3,8	-1,1	-1,1	-1,0
284 NORTE NOVO DE APUCARAMA	461.832	6,8	380.417	5,0	110.371	4,4	169.727	3,8	351.461	7,9	210.690	6,7	-1,6	-0,6	-1,2
285 NORTE NOVO DE UMUARAMA	650.911	9,4	485.929	6,4	141.371	5,7	207.433	4,6	509.540	11,5	278.585	8,8	-2,0	-1,1	-2,7
286 CAMPO MOURÃO	534.689	7,7	404.594	5,3	101.158	4,0	169.644	3,8	433.540	9,8	234.950	7,5	-2,4	-0,2	-2,3
287 Pitangui	106.070	1,5	134.325	1,7	8.035	0,3	16.203	0,4	98.035	2,2	118.042	3,7	+0,2	+0,1	+1,5
288 Extremo Oeste Paranaense	752.848	10,9	960.926	12,6	149.277	6,0	484.461	10,8	603.569	13,8	476.665	15,1	+1,7	+4,8	+1,5
289 Sudoeste Paranaense	446.997	6,5	521.565	6,8	80.109	3,2	167.013	3,7	366.888	8,3	394.952	11,2	+0,3	+0,5	+2,9
290 Campos de Guapirua	180.098	2,7	208.691	3,9	54.440	2,2	136.391	3,1	125.658	3,0	167.310	5,0	+1,2	+0,9	+2,0
291 Médio Iguaçu (Paraná)	6.936.743	100	7.630.466	100	2.501.660	100	4.473.541	100	4.435.083	100	3.196.925	100		-0,2	+0,7

*1 - Participação de cada microrregião sobre a respectiva população do Estado.
*2 - Perdas ou ganhos na participação.

TABELA XV
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA/RURAL NO NORTE DO PARANÁ SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS 1970/1980 – IBGE

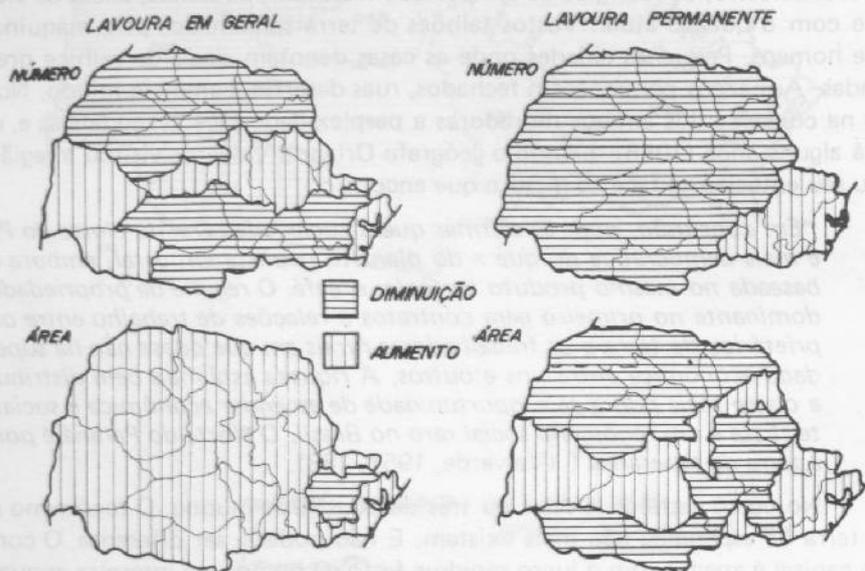
MICRORREGIÕES	TOTAL		URBANA		RURAL		PROPORÇÃO S/O TOTAL			
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	URBANA		RURAL	
							1970	1980	1970	1980
278 Norte Velho de Wenceslau Braz	200.842	185.375	45.804	65.548	154.838	119.827	22,8	35,4	77,2	65,6
279 Norte Velho de Jacarézinho	389.058	302.658	134.742	169.660	254.316	132.998	34,5	56,1	65,4	43,9
280 Algodoeira de Assaí	116.564	83.597	28.250	36.005	88.314	47.592	24,2	43,1	75,8	54,9
281 Norte Novo de Londrina	895.697	705.487	333.423	527.886	352.274	177.801	48,5	74,8	51,4	25,2
282 Norte Novo de Maringá	320.239	314.225	150.429	247.354	169.810	86.871	47,0	78,7	53,0	21,3
283 Norte Novm.º de Paranavá	336.456	287.704	121.705	168.182	214.751	119.522	36,2	58,5	63,8	41,5
284 Norte Novo de Apucarana	461.832	380.417	110.371	169.727	351.461	210.690	23,9	44,6	78,1	55,4
285 Norte Novm.º de Umuarama	650.911	485.929	141.371	207.344	509.540	278.585	21,7	42,7	78,3	57,3
286 Campo Mourão	534.689	404.594	101.158	169.644	433.540	234.950				
TOTAL REGIÕES	3.696.097	3.149.986	1.167.263	1.761.350	2.528.844	1.398.636	31,6	55,0	68,4	44,1
TOTAL PARANÁ	6.936.743	7.630.466	2.501.660	4.473.541	4.435.083	3.196.925	36,1	58,6	83,9	41,4

Os cartogramas que se seguem referentes à Figura 9 A – “Evolução da População Rural – Ganhos e Perdas na Densidade – 1970 – 1980” e o seguinte 9-B – “Variação na Participação sobre o Total da População Rural do Estado 1970 – 1980” demonstram as conseqüências demográficas das transformações no uso da terra, permitindo constatar que a queda no número da população rural, implica na perda de importância da participação do norte e noroeste no conjunto do Estado.

Na seqüência da representação cartográfica foram introduzidos os cartogramas da Figura 8 "Estabelecimentos Agropecuários — Variação no período 1970/1980" que visualizam as transformações ocorridas na atividade agrícola no decênio. Fica evidenciado muito claramente nos cartogramas, o fato já apontado no setograma da figura 5: queda do número de estabelecimentos agrícolas em geral e aumento da área, o que significa, como se tem exaustivamente lembrado neste estudo, concentração fundiária.

FIG. 8

**PARANÁ : ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
VARIAÇÃO NO PERÍODO 1970-80**



No que tange à lavoura permanente, basicamente dedicada ao café e, por conseguinte, grande absorvedoura de mão-de-obra, a queda verificou-se tanto em número quanto em área o que implica, de imediato em liberalização de trabalhadores ou, em outras palavras, desemprego, mobilidade, migração.

Sabe-se que a proporção de pessoal ocupado na lavoura permanente do café e nas temporárias, principalmente da soja e do trigo, chega a ser de 8 a 10 para um. Mesmo as propriedades que se dedicam quase que exclusivamente ao café, acabam por ocupar, durante o ano, menos mão-de-obra porque se utilizam dela em maior escala apenas nas épocas das colheitas, ou num ou noutro momento quando certos cuidados se tornam absolutamente necessários.

A maioria dos proprietários procura evitar vínculos empregatícios com o trabalhador, face aos encargos sociais advindos com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e por isso aumenta continuamente o número dos trabalhadores volan-

tes – conhecidos agora como “bóias-frias”. São aquelas pessoas – calculadas em meio milhão atualmente no Paraná, cerca de 7% da população deste Estado – que vivem nas periferias dos centros urbanos mas que não conseguem trabalho na cidade. Apenas alguns realizam pequenos serviços aqui ou ali ou um certo número de mulheres que se empregam como domésticas mas que retornam ao campo quando há trabalho.

Também para as crianças o problema é sério, porque a maioria acaba por não ter condições de freqüentar continuamente a escola, já que seu trabalho no campo,

TABELA XIV
DINÂMICA DA POPULAÇÃO – 1970/1980. POPULAÇÃO RESIDENTE – TOTAL URBANA E RURAL
SEGUNDO PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ – IBGE

MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO TOTAL				POPULAÇÃO URBANA				POPULAÇÃO RURAL				I ¹⁰⁰		
	1970	I*	1980	I*	1970	I*	1980	I*	1970	I*	1980	I*	TOTAL	URBANA	RURAL
268 Curitiba	820.760	11,9	1.441.743	18,9	655.855	28,2	1.326.328	29,7	164.911	3,7	115.414	3,8	+7,0	+3,5	-0,1
269 Litoral Paranaense	172.245	1,6	327.143	1,9	77.615	3,1	104.865	2,3	34.630	0,8	32.278	1,0	+0,2	-0,8	+0,2
270 Alto Ribeira	29.924	0,4	31.017	0,4	2.474	0,1	3.267	0,1	27.451	0,6	27.750	0,9			+0,3
271 Alto Rio Negro Paranaense	20.568	0,4	21.582	0,4	234	0,1	3.322	0,1	27.036	0,6	28.360	0,9			+0,3
272 Campos da Lapa	77.913	1,1	87.751	1,1	34.428	1,4	44.940	1,9	43.488	1,0	43.251	1,4			-0,4
273 Campos de Ponta Grossa	237.355	2,4	328.533	4,3	159.477	6,4	249.462	9,6	77.878	1,8	79.071	2,5	+0,9	-0,8	+0,7
274 Campos de Jaguariaíva	40.585	0,5	46.022	0,6	11.143	0,4	17.467	0,4	29.442	0,7	28.555	0,9			+0,2
275 São Mateus do Sul	41.901	0,5	44.647	0,6	7.492	0,3	13.688	0,3	33.999	0,8	30.959	1,0			+0,2
276 Colônia do Ivaí	125.141	2,0	148.632	2,0	35.695	1,4	50.022	1,1	89.476	2,2	99.810	3,1			+0,9
277 Alto Ivaí	91.828	1,2	112.957	1,5	7.753	0,3	14.874	0,3	84.075	1,9	97.983	3,1	+0,2	-0,3	+1,2
278 NORTE VELHO DE WENCESLAU BRAZ	200.642	2,8	185.375	2,4	45.804	1,8	65.948	1,5	154.838	3,9	119.827	3,8	-0,5	-0,3	+0,3
279 NORTE VELHO DE JACARÉZINHO	389.058	5,6	302.658	4,0	134.742	5,4	169.660	3,8	254.316	6,7	132.998	4,2	-1,6	-1,6	-1,7
280 ALGODOEIRA DE ASSAÍ	116.564	1,7	83.597	1,1	28.250	1,2	36.005	0,8	88.314	2,0	47.592	1,5	-0,6	-0,4	-0,6
281 NORTE NOVO DE LONDRINA	686.697	9,9	705.487	9,2	333.423	13,3	527.896	11,8	352.274	8,0	177.601	5,8	-0,7	-1,5	-2,4
282 NORTE NOVO DE MARINGÁ	320.239	4,6	314.225	4,1	150.429	6,0	247.354	5,5	169.810	3,8	66.871	2,1	-0,5	-0,5	-1,7
283 NORTE NOVO DE PARANAVÁ	338.456	4,9	287.704	3,8	121.705	4,9	168.182	3,8	214.751	4,8	119.522	3,8	-1,1	-1,1	-1,0
284 NORTE NOVO DE APUCARANA	461.832	6,5	380.417	5,0	110.371	4,4	169.727	3,8	351.461	7,9	210.690	6,7	-1,6	-0,6	-1,2
285 NORTE NOVO DE UMUARAMA	690.911	9,4	485.929	6,4	141.371	5,7	207.430	4,6	509.540	11,5	278.585	8,8	-3,0	-1,1	-2,7
286 CAMPO MOURÃO	534.698	7,7	404.594	6,3	101.158	4,0	169.044	3,8	433.540	9,8	234.950	7,5	-2,4	-0,2	-2,3
287 Itaipava	105.070	1,5	134.325	1,7	8.035	0,3	18.283	0,4	96.035	2,2	116.042	3,7	+0,2	+0,1	+1,9
288 Extremo Oeste Paranaense	752.846	10,3	960.926	12,6	148.277	6,0	484.461	10,5	603.569	13,8	476.465	15,1	+1,7	+4,8	+1,5
289 Sudoeste Paranaense	446.967	6,5	521.565	6,8	80.109	3,2	167.913	3,7	366.858	8,3	394.552	11,2	+0,3	+0,5	+2,9
290 Campos de Guapirua	190.956	2,7	295.691	3,8	54.440	2,2	138.381	3,1	136.616	3,0	157.310	5,0	+1,2	+0,9	+2,0
291 Região Itaipava Paraná	128.291	1,8	157.836	2,1	47.116	1,9	77.917	1,7	81.175	1,8	79.919	2,5	+0,3	-0,2	+0,7
	6.936.743	100	8.630.466	100	2.501.660	100	4.473.541	100	4.435.083	100	3.156.925	100			

*1 - Participação de cada microrregião sobre a respectiva população do Estado.
*2 - Perdas ou ganhos na participação.

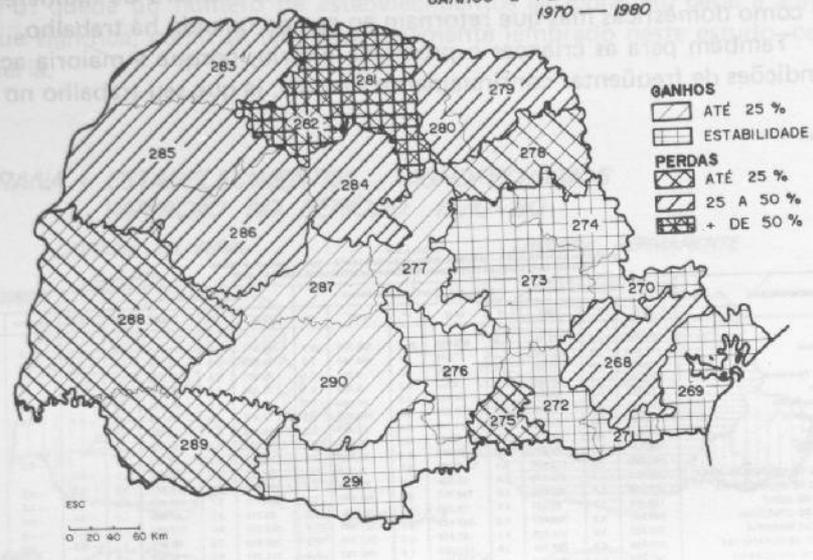
TABELA XV

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA/RURAL NO NORTE DO PARANÁ SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS 1970/1980 – IBGE

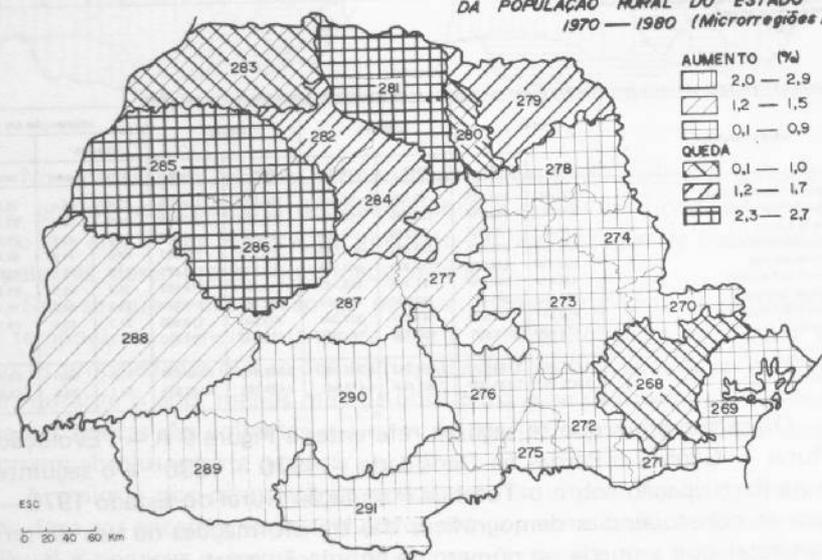
MICRORREGIÕES	TOTAL		URBANA		RURAL		PROPORÇÃO S/O TOTAL			
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	URBANA		RURAL	
							1970	1980	1970	1980
278 Norte Velho de Wenceslau Braz	200.642	185.375	45.804	65.548	154.838	119.827	22,8	35,4	77,2	65,6
279 Norte Velho de Jacarézinho	389.058	302.658	134.742	169.660	254.316	132.998	34,6	56,1	65,4	43,9
280 Algodoeira de Assaí	116.564	83.597	28.250	36.005	88.314	47.592	24,2	43,1	75,8	54,9
281 Norte Novo de Londrina	686.697	705.487	333.423	527.896	352.274	177.601	48,6	74,8	51,4	25,2
282 Norte Novo de Maringá	320.239	314.225	150.429	247.354	169.810	66.871	47,0	78,7	53,0	21,3
283 Norte Novm.º de Paranavá	461.832	380.417	110.371	169.727	351.461	210.690	39,2	58,5	63,8	41,5
284 Norte Novo de Apucarana	690.911	485.929	141.371	207.430	509.540	278.585	21,7	42,7	78,3	57,3
286 Campo Mourão	534.698	404.594	101.158	169.044	433.540	234.950				
TOTAL REGIÕES	3.606.097	3.149.986	1.167.253	1.701.350	2.528.844	1.388.638	31,6	55,9	68,4	44,1
TOTAL PARANÁ	6.936.743	7.630.466	2.501.660	4.473.541	4.435.083	3.156.925	36,1	58,6	63,9	41,4

Os cartogramas que se seguem referentes à Figura 9 A – “Evolução da População Rural – Ganhos e Perdas na Densidade – 1970 – 1980” e o seguinte 9-B – “Variação na Participação sobre o Total da População Rural do Estado 1970 – 1980” demonstram as conseqüências demográficas das transformações no uso da terra, permitindo constatar que a queda no número da população rural, implica na perda de importância da participação do norte e noroeste no conjunto do Estado.

PARANÁ: DINÂMICA DA POPULAÇÃO
 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL
 GANHOS E PERDAS NA DENSIDADE
 1970 — 1980



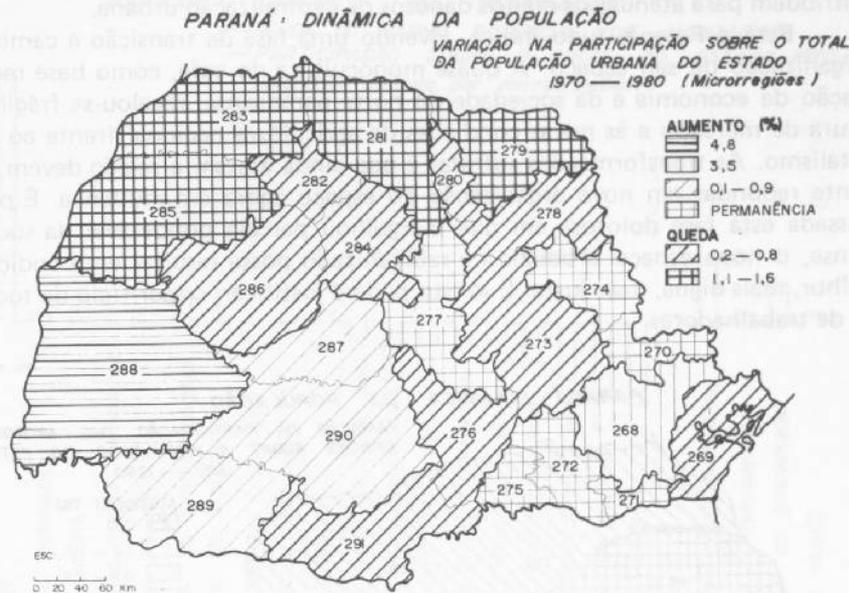
PARANÁ: DINÂMICA DA POPULAÇÃO
 VARIÇÃO NA PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL
 DA POPULAÇÃO RURAL DO ESTADO
 1970 — 1980 (Microregiões)



Em face à diminuição acentuada da população rural e levando-se em conta que o processo continua, significando que em breve esta população será muito pequena e, de acordo com o pensamento de alguns teóricos que consideram o alto índice de população rural condição de subdesenvolvimento, pode-se inferir que o Paraná e, mais especificamente a região norte e noroeste do Estado, encontra-se no caminho e limiar do desenvolvimento?

O cartograma a que se refere a Figura 10 "Variação na Participação sobre o Total da População Urbana do Estado - 1970 - 1980" mostra que, apesar do expressivo aumento da população urbana e de contar com algumas das maiores cidades do Estado também o antigo norte cafeeiro perde em participação no confronto com o restante do Paraná.

FIG. 10



A Tabela XII confirma que ao contrário do que ocorreu com a população rural, a população urbana aumentou em todas as microrregiões do Estado. As causas deste aumento em parte são as mesmas que produziram a queda da população rural. Em larga escala a urbanização conhecida, representa o efeito das mudanças que aconteceram nas atividades agrárias, na medida em que forçaram a migração campo-cidade. A mudança das relações de trabalho da mão-de-obra permanente para a temporária, evidencia melhor a característica da cidade como refúgio, alternativa, para grande parte dos desempregados do campo. É considerável, hoje, o número de habitantes da cidade, tidos como urbanos mas que constituem a mão-de-obra para as atividades temporárias do campo.

Há que salientar também a tendência universal da urbanização principalmente considerando a melhoria dos meios de circulação — estradas, veículos — que possibilitam mesmo ao trabalhador permanente, proprietários e outros ocupados com as lides do campo, residirem na cidade. Esta assertiva é válida, sobretudo, nas áreas mais antigas onde a rede urbana é mais ou menos densa. É inegável, também, que algumas cidades norte paranaenses já vinham exercendo diferentes graus de centralidade e por isso foram mais procuradas e tiveram crescimento maior. É o caso de Londrina, Maringá, Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão e que por isso mesmo passaram a ter mais problemas, entre os quais, o desemprego é uma constante.

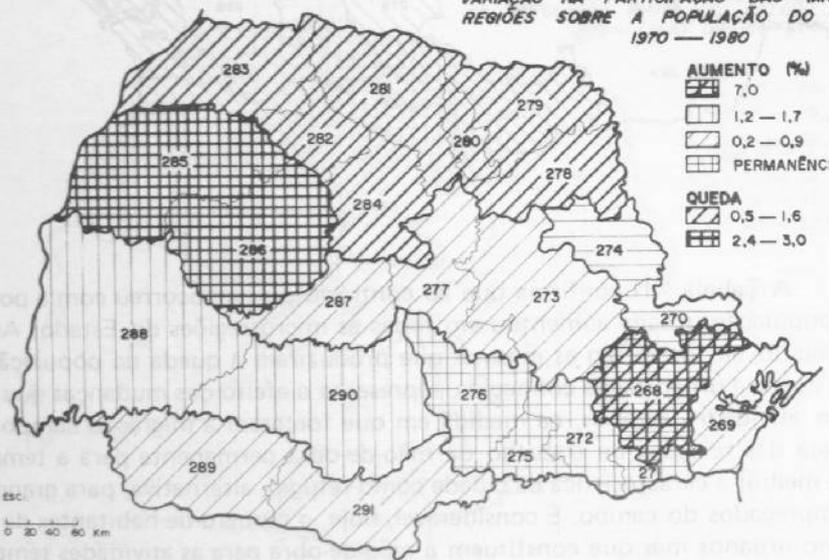
Desta forma pode-se concluir que esta perda de participação do norte paranaense no confronto geral do Estado, talvez seja um dos aspectos positivos da mudança: o despontar de vários centros urbanos, distribuídos pelo espaço do Estado e que contribuem para atenuar os efeitos danosos da centralização urbana.

Está o Paraná, tudo indica, vivendo uma fase de transição a caminho de nova organização de seu espaço. A quase monocultura do café, como base maior de sustentação da economia e da sociedade do norte paranaense, revelou-se frágil face à conjuntura de mercado e às novas condições da agricultura nacional frente ao avanço do capitalismo. As transformações sofridas e que ainda afetam a região devem, necessariamente redundar em nova organização do espaço agora em mudança. É possível que, passada esta fase dolorosa em que mergulhou parcela ponderável da sociedade paranaense, o novo espaço produzido e reorganizado possa resultar em condições de vida melhor, mais digna, mais justa. E só isto poderá justificar, o sacrifício de toda uma geração de trabalhadores.

FIG. 11 A

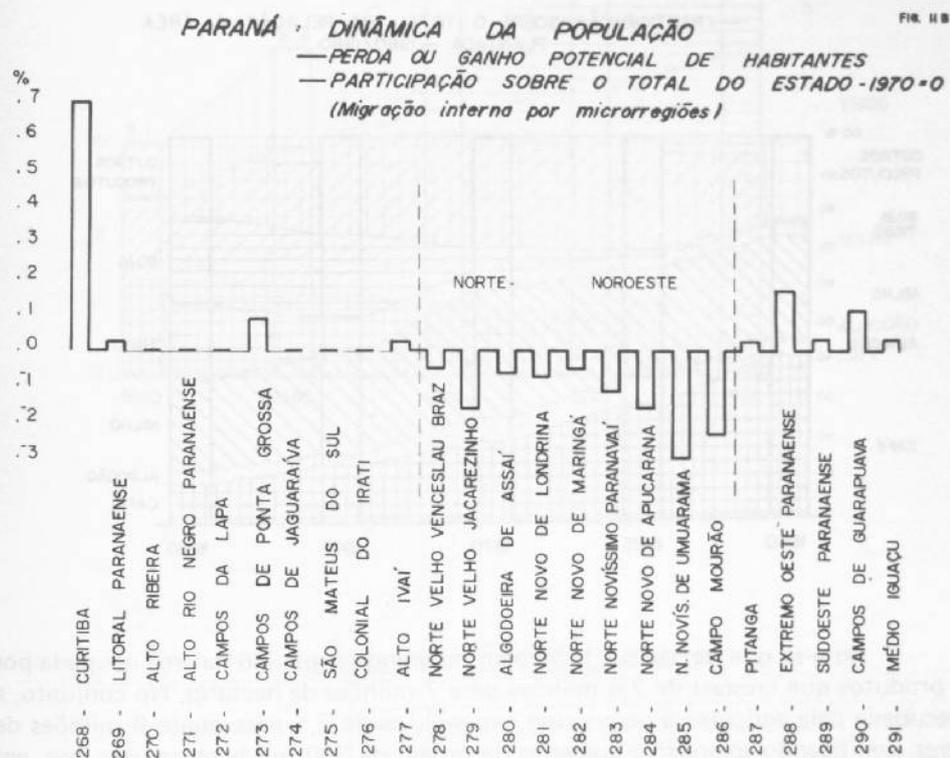
PARANÁ - DINÂMICA DA POPULAÇÃO

VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES SOBRE A POPULAÇÃO DO ESTADO 1970 — 1980



Na verdade, nada justifica tal sacrifício. Nem o pretexto de melhores dias para as gerações futuras. Todavia, o mal está feito, a dívida social contraída pelos dirigentes desta nação é maior do que as dívidas interna e externa somadas. Espera-se que pelo menos haja esforços, determinação, honestidade e competência para saldá-la.

O cartograma e o gráfico correspondentes à Figura 11-B "Dinâmica da População — Variação na Participação das Microrregiões, Perda ou Ganho Potencial de Habitantes" mostram o comportamento da população em termos de mobilidade espacial e sua participação das microrregiões no conjunto do Estado. Ambos comprovam que o esvaziamento populacional afetou exatamente as áreas onde era mais densa a população rural, antigas zonas cafeeiras do norte e noroeste provocando sensível queda na participação estadual diminuindo sua importância em termos demográficos.



Observa-se o grande ganho, cerca de 1% da microrregião de Curitiba em função do crescimento de sua área metropolitana, um dos pontos de refúgio para milhares de pessoas expulsas do norte cafeeiro.

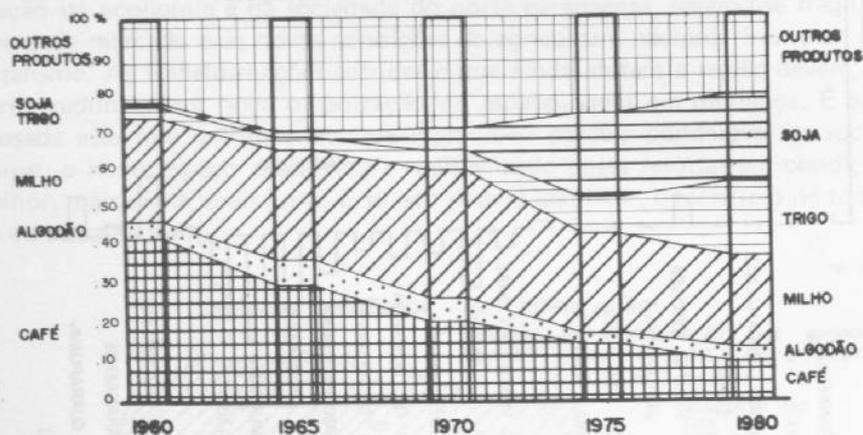
Como já se observou anteriormente, Curitiba foi a metrópole brasileira que mais população atraiu no decênio 70/80. Mas esta metrópole, como todas as outras, não tem como abrigar, oferecer empregos à maioria das pessoas oriundas do campo e, por isso, ela também, tida e havida como a melhor cidade brasileira em termos de oferta de um viver digno e de razoável bem estar, agora ostenta os mesmos problemas:

superpopulação, subemprego, favelização. Curitiba entrou, assim no círculo maldito das capitais brasileiras onde viver bem, constitui privilégio de pequena parcela da população. Os outros apenas sobrevivem.

Os gráficos cartesianos — Figura 12 A e 12 B — “Principais Produtos da Agricultura Paranaense” mostram a participação do café, algodão, milho, trigo e soja em relação à área plantada no Estado.

FIG. 12A

PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA PARANAENSE
 — PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL EM RELAÇÃO A ÁREA PLANTADA — 1960/1980



Note-se que de 1960 a 1980 ocorreu grande expansão na área ocupada por esses produtos que cresceu de 2,5 milhões para 7 milhões de hectares. No conjunto, a área ocupada pela agricultura paranaense expandiu-se de 3,1 para quase 9 milhões de hectares significando expressivo aumento da ordem de 300 mil hectares por ano, em média.

Alguns produtos ou tiveram reduzida sua área, caso do café e algodão ou permaneceram mais ou menos estáveis enquanto que a soja e o trigo, praticamente inexistentes em 1960 passaram a ocupar área maior do que a daqueles produtos reunidos (Tabela XVI e XVII).

É verdade que há necessidade de se tomar cuidado na consideração destas áreas, em particular às que são ocupadas pela soja e trigo. Elas não podem simplesmente ser computadas no total para se obter a área plantada na propriedade porque, sabe-se, que elas, em geral, são culturas associadas ocupando o mesmo espaço físico em

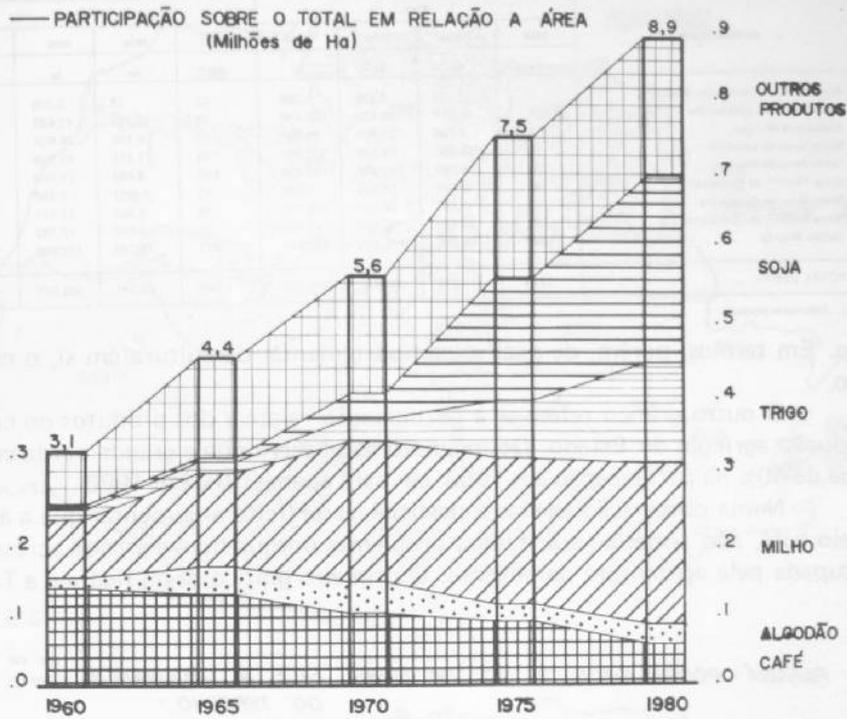


TABELA XVI
ÁREA DA CULTURA COMERCIAL DO ALGODÃO E CAFÉ NAS MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS DO NORTE DO PARANÁ - 1960, 1970, 1975, 1980 - IBGE - D.E.E.

MICRORREGIÃO	ALGODÃO				CAFÉ			
	1960	1970	1975	1980	1960	1970*	1975	1980
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
278 Norte Velho de Wenceslau Braz	119	31	296	530	29.520	25.593	24.372	22.394
279 Norte Velho de Jacarezinho	14.310	33.583	26.382	44.412	189.367	79.958	88.489	36.745
280 Algodoeira de Assaí	32.832	37.820	37.250	45.010	40.997	13.751	13.257	7.716
281 Norte Novo de Londrina	20.875	53.037	24.600	27.302	354.136	213.564	210.143	114.581
282 Norte Novo de Maringá	1.868	13.989	3.565	7.330	164.394	101.710	80.724	36.142
283 Norte Novo de Paranavaí	23.220	36.440	22.020	10.048	221.160	155.829	157.919	98.210
284 Norte Novo de Apucarana	16	6.382	9.670	22.997	109.901	94.106	81.989	38.797
285 Norte Novo de Umuarama	27.018	92.414	69.590	63.278	101.656	216.193	150.570	165.787
286 Campo Mourão	8.666	94.216	69.465	61.801	56.188	25.938	90.980	57.106
TOTAL GERAL	128.924	357.912	262.838	282.708	1.267.319	926.642	898.443	577.478

* A área das culturas de café em 1970, foi obtida dividindo-se o efetivo das plantações pelo número médio de cafeeiros por hectare, ou seja, 869, segundo o IBGE.

TABELA XVII
 ÁREA DA CULTURA COMERCIAL DA SOJA E TRIGO NAS MICRORREGIÕES
 HOMOGÊNEAS DO NORTE DO PARANÁ - 1960, 1970, 1975, 1980 - BGE - D.E.E.

MICRORREGIÃO	SOJA				TRIGO			
	1960	1970	1975	1980	1960	1970	1975	1980
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
278 Norte Velho de Wenceslau Braz	...	13	4.234	1.096	42	12	3.728	370
279 Norte Velho de Jacarezinho	01	10.417	68.420	102.499	38	16.717	42.823	91.450
280 Algodoeira de Assaí	12	2.198	21.000	40.208	08	6.170	26.698	27.600
281 Norte Novo de Londrina	15	10.960	66.785	132.892	123	11.316	43.899	95.035
282 Norte Novo de Maringá	28	49.005	141.994	130.424	625	8.458	71.900	92.730
283 Norte Novo de Paranavaí	06	3.791	13.520	7.791	10	817	2.199	6.090
284 Norte Novo de Apucarana	...	5.847	39.350	78.670	98	5.353	17.111	45.170
285 Norte Novo de Umuarama	26	39.353	56.107	49.468	25	3.640	12.782	24.995
286 Campo Mourão	36	46.296	173.160	343.516	671	16.758	132.693	209.375
TOTAL GERAL	124	167.970	586.570	886.358	1.640	89.241	353.833	592.815

... não houve produção.

rotação. Em termos, porém, de análise comportamental da cultura em si, o cômputo é válido.

O outro gráfico refere-se à participação relativa dos produtos no conjunto da produção agrícola do Estado. De imediato se observa que a grande perda coube ao café que de 40% na participação em 1960, cai para apenas 10% em 1980.

Numa observação apenas superficial, seria lícito argumentar que a área perdida pelo café, não poderia gerar tantos problemas porque houve grande acréscimo na área ocupada pela agricultura paranaense. O primeiro gráfico desta figura e a Tabela II

PARANÁ: POSSIBILIDADE DE USO DA TERRA FACE A DECLIVIDADE DO TERRENO

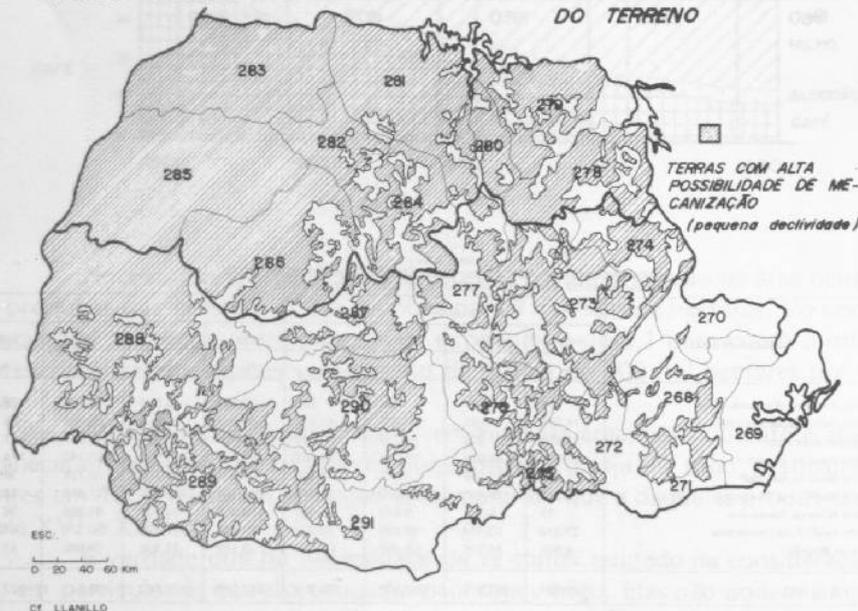
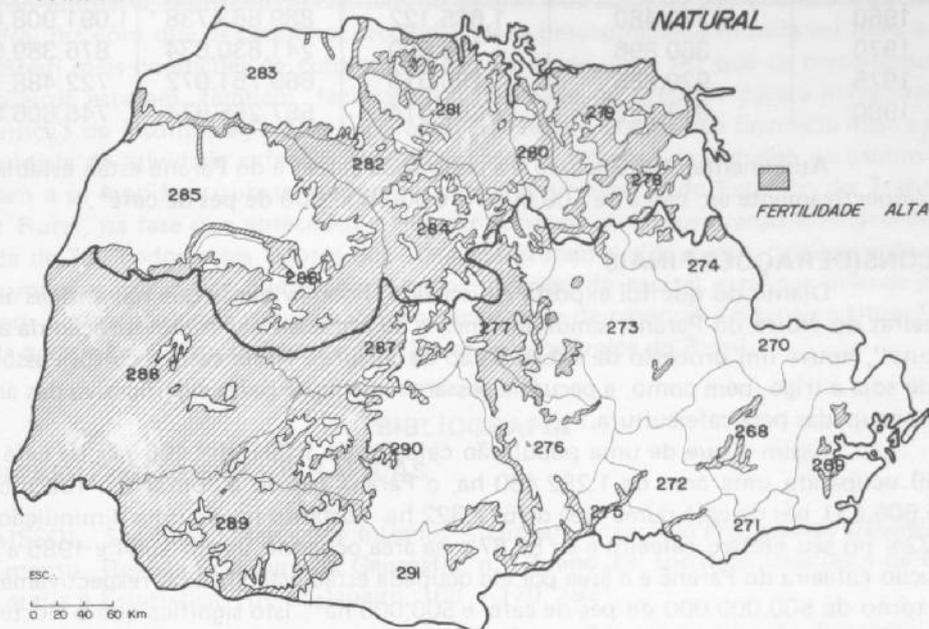


FIG. 13
PARANÁ: POSSIBILIDADE DE USO DA TERRA FACE A FERTILIDADE NATURAL



cf. LLANILLO

confirmam o fato. Essa argumentação poderia ser verdadeira se as novas culturas se realizassem nas áreas anexadas em face da expansão da fronteira agrícola. Tal não ocorreu ou ocorreu apenas em parte. Na realidade as culturas da soja e do trigo, além de praticamente dispensarem o uso de mão-de-obra humana, estenderam-se exatamente nas áreas onde havia café, correspondendo aos melhores solos do Paraná e onde a topografia é largamente favorável à mecanização, como se pode observar pelo exame dos cartogramas da Figura 13 A e 13 B.

As novas terras anexadas não têm a mesma fertilidade exigida pelo café. Acresce que mais para o sul, além do paralelo de 24^o, os riscos climáticos são muito grandes. Assim, erradicado em larga escala nas antigas áreas, pouca condição teve para expandir-se. Acrescentando-se ainda circunstâncias desfavoráveis de mercado, desestimulado face à preponderância de novos produtos na pauta de exportação, fica evidenciado que a perda de importância da cultura do café no Paraná parece irreversível e os reflexos dessa perda, em termos sociais far-se-ão sentir ainda, por longo período de tempo.

No entanto, cabe destacar que também a lavoura cafeeira no norte do Paraná vem passando por um processo de modernização e de ocupação mais racional do espaço, como evidencia o quadro abaixo:

Ano	Área colhida ha	Produção T	Pés que produziram	Efetivo total de cafeeiros
1960	1.282.480	1.635.122	889.863.738	1.091.908.496
1970	360.896	116.900	241.830.634	876.389.924
1975	920.885	1.195.013	669.751.072	722.488.188
1980	617.322	367.914	557.265.674	745.606.631

Atualmente, 1985, a área e a população cafeeira do Paraná estão estabilizadas respectivamente em cerca de 500.000 ha e 500.000.000 de pés de café².

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto e discutido, ficou evidente que nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná, simultaneamente ao processo de "modernização da agricultura", houve um processo de substituição de culturas. Neste caso, a cultura associada de soja e trigo, bem como, a pecuária passaram a ocupar parte significativa das áreas antes ocupadas pela cafeicultura.

Assim é que de uma população cafeeira de 1.091.908.496 pés de café em 1960 ocupando uma área de 1.282.480 ha, o Paraná passou a contar em 1980, com 745.606.631 pés de café numa área de 617.322 ha. Portanto houve uma diminuição de 31,72% no seu efetivo cafeeiro e de 51,87% na área ocupada. Já em 1984 e 1985 a população cafeeira do Paraná e a área por ela ocupada estão estabilizadas respectivamente em torno de 500.000.000 de pés de café, e 500.000 ha². Isto significa que o Norte do Paraná, entre 1960 e 1985, teve uma redução de aproximadamente 50% em cafeeiros plantados, assim como, na área por eles ocupada. Portanto, liberou às outras culturas cerca de 500.000 ha.

Sendo a cultura do café uma atividade que emprega numerosa mão-de-obra — em média uma pessoa para 2,42 ha — não é difícil estimar o impacto social e econômico que sua redução, em cerca de 50%, provocou na população ligada as suas atividades, afetando toda a vida regional. Via de regra os estabelecimentos cafeicultores apresentavam, quer como culturas de sustentação quer como culturas de subsistência, cerca de 1/3 de sua área ocupada por lavouras brancas, sobretudo milho, arroz, feijão e mandioca. O excedente dessas plantações era comercializado nos centros urbanos regionais, contribuindo para que não houvesse carência desses alimentos. Nos últimos anos, a carência desses alimentos tornou-se uma realidade, não só pelos elevados preços, mas também pela importação dos mesmos de outras áreas e até do exterior. Não vem o Brasil importando alimentos (arroz, milho, feijão)? Não era o Norte do Paraná um dos celeiros do Brasil na produção desses alimentos?

Na atualidade regional, a maior parte dos trabalhadores que deixaram o campo e que não migraram para outras regiões do Brasil, vivem como "bóias-frias" ou do subemprego urbano, contribuindo no agravamento dos problemas sociais, marginalizados social e economicamente.

2. Dados fornecidos pela Agência Regional do Instituto Brasileiro do café de Maringá, na pessoa do Dr. Antonio Yukio Sugeta.

Paralelamente é também interessante destacar que o processo de concentração fundiária, resultado do capitalismo agrário e da situação político-econômica brasileira, fez com que os pequenos proprietários se descapitalizassem cada vez mais e não tivessem mais condições de continuar a sua atividade, uma vez que os mecanismos financeiros estavam, também, facilitando a obtenção de créditos para a mecanização, aquisição de insumos agrícolas e a própria política de preços não favorecia mais a continuidade da atividade cafeeira. Por outro lado, as relações de trabalho no campo passaram a se modificar substancialmente, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, na fase que antecedeu o violento processo de concentração fundiária da década de 70. Todos estes fatores que "desorganizaram a vida rural", privilegiando cada vez mais as atividades que exigiam maior inversão de capital e menos mão-de-obra, levam a uma profunda reflexão sobre a necessidade de repensar e discutir a situação da vida agrária brasileira, reflexo da política sócio-econômica do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

I. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAISSOL, Speridião. Migrações Internas — Um subsistema no Processo de Desenvolvimento. *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 3, ano 33. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 163 — 170. 1971.
- FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. Editora Civilização Brasileira, 5.ª Edição, Rio de Janeiro. 1975.
- GRAZIANO NETO, F. *A Questão Agrária e Ecologia*. 2.ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.
- MORO, Dalton Aureo. *Substituição de Culturas e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 137. 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, 4.ª edição. São Paulo, 1956.
- SILVA, Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. Editora HUCITEC, São Paulo. 1982.
- TOLOSA, Hamilton C.. "Macroeconomia da Urbanização Brasileira", In Pesquisa e Planejamento Econômico. *Revista do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA n.º 3, V. 3*. Rio de Janeiro, 585 — 643. 1973.
- VALVERDE, Orlando. O Planalto Meridional do Brasil. *Guia de Excursão, n.º 9 do XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 188. 1957.

II. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BECKER, Bertha K.. Crescimento Econômico e a Estrutura Espacial do Brasil. In: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol. XVIII*. São Paulo, 265. 1973.

- BERNARDES, Lysia M. C.. O Problema das Frentes Pioneiras do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XV, n.º 2. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 335 – 384. 1953.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. **Separata da Revista Brasileira de Geografia**, n.º 4, ano XIV. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro. 1953.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1960, 1970 e 1980. Censos Agropecuários do Paraná – 1960, 1970 e 1980.** Rio de Janeiro.
- Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA. **Instituto de Pesquisa – INPES – Série Monografia n.º 17.** Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro. 1975.
- CORREIA DE ANDRADE, M.. **Agricultura e Capitalismo.** Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo. 1979.
- FAISSOL, Speridião. Migrações Internas – Um Subsistema no Processo de Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Geografia** n.º 3, ano 33. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 163 – 170. 1971.
- FRANÇA, Ary. A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras. **Guia de Excursão n.º 3 do XVIII Congresso Internacional de Geografia.** Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro. 1960.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Editora Nacional, São Paulo. 1974. **Análise do Modelo Brasileiro.** Editora Civilização Brasileira, 5.ª edição, Rio de Janeiro. 1975.
- GRAZIANO NETO, F.. **Questão Agrária e Ecologia – Crítica da Moderna Agricultura.** Editora Brasiliense, 2.ª edição, São Paulo. 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária.** Editora Paz e Terra, 2.ª edição, Rio de Janeiro. 1982.
- HOFFMANN, Helga. **Desemprego e Subemprego no Brasil.** Coleção Ensaios n.º 24, 2.ª edição, Editora Ática, São Paulo. 1980.
- IPARDES. **Nova Configuração Espacial do Paraná.** Convênio Ministério do Interior – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, Curitiba. 1983.
- LLANILLO, Rafael Fuentes. **Caracterização da Estrutura de Produção Agropecuária do Estado do Paraná.** Dissertação de Mestrado apresentada na E.S.A.L.Q., Piracicaba. 1984.
- MARTINS, José de Souza. **O Modo Capitalista de Pensar.** Editora HUCITEC, São Paulo. 1980.
- Os Camponeses e a Política no Brasil.** Editora Vozes, Petrópolis. 1981.

- MATA, Milton da. "Urbanização e Migrações Internas" In: Pesquisa e Planejamento Econômico. **Revista do Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, n.º 3, Vol. 3.** Rio de Janeiro, 715 a 746. 1973.
- MONBEIG, Pierre. A Zona Pioneira do Norte do Paraná. **Boletim Geográfico, n.º 25.** Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 11 – 17. 1945.
- MOREIRA, Ruy. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil –** Estudo sobre Sociedade e Espaço. Editora Vozes, Petrópolis. 1985.
- MORO, Dalton Aureo. **Substituição de Culturas e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 137. 1980.
- MULLER, N.L.. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná In: **Boletim Paulista de Geografia, n.º 22.** São Paulo, 53 – 97. 1956.
- NAKAGAWARA, Yoshiya e SANTANA, Moisés. Estrutura Fundiária Norte Paranaense: Concentração e Capitalização: Situação 70 – 80, In: **Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, n.º 2, ano 2, Maringá-PR, 31.** 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo V. de. Reflexões sobre o Imperialismo: A Incorporação do Brasil ao Capitalismo Internacional. **Boletim Paulista de Geografia – AGB, n.º 59.** São Paulo, 59 – 113. 1982.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de Uma Economia Periférica: O Caso do Paraná.** Editora Hucitec/Secretaria da Cultura do Governo do Paraná, São Paulo, 1981.
- PORTO GONÇALVES, C.W., **Paixão da Terra – Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia.** Editora Doeco. Rio de Janeiro. 1984.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** Editora Brasiliense, 4.ª edição, São Paulo. 1956.
- _____. **A Questão Agrária no Brasil.** Editora Brasiliense. 3.ª edição, São Paulo. 1981.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual.** Editora Vozes, Petrópolis. 1982.
- SERRA, Elpídio e AMBRIZZI, M. Angela M.. Análise das Correlações Agro-Econômicas do Noroeste do Estado do Paraná: 1970/1975/1980. In: **Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, n.º 2, ano 2, Maringá-PR., 34.** 1984.
- SILVA, Graziano da. **A Modernização Dolorosa.** Editora HUCITEC, São Paulo. 1982.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** Editora Brasiliense/CETEPAR. São Paulo. 1977.
- TOLOSA, Hamilton C.. "Macroeconomia da Urbanização Brasileira". In: Pesquisa e Planejamento Econômico. **Revista do Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, n.º 3, Vol. 3.** Rio de Janeiro, 585 – 643. 1973.
- VALVERDE, Orlando. Planalto Meridional do Brasil. **Guia de Excursão n.º 9 do XVIII Congresso Internacional de Geografia.** Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro. 1957.